

Sanear

A REVISTA DO SANEAMENTO BÁSICO



Associação das Empresas
de Saneamento Básico
Estaduais

Ano V • nº 16 • Dezembro/2011

FERNANDO DE NORONHA

**Compesa implanta o maior sistema
de dessalinização do Brasil**

Governo Federal recebe pedido
da Aesbe para suspender
cobrança de PIS/Cofins

STF deve julgar processo
dos Correios que prevê a
quebra do Monopólio Postal

Jurista destaca a importância
da gestão integrada do
saneamento no Brasil

UM PROJETO QUE PRESERVA O RIO TIETÊ PRESERVA A HISTÓRIA DE SÃO PAULO.

O Projeto Tietê, maior programa de coleta e tratamento de esgoto do país, recebeu o importante Prêmio Água e Saneamento, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelos resultados alcançados no saneamento ambiental. O Tietê vivo é um compromisso de todos nós.



2011: o ano em que o saneamento aconteceu

O ano de 2011 foi bastante produtivo para o setor de saneamento. Dentre muitas frentes de atuação, a Aesbe destaca os trabalhos para a desoneração do setor e os procedimentos para simplificar e agilizar o acesso e o desembolso dos recursos dos financiamentos. No primeiro caso, os entendimentos abordam linhas distintas, de um lado mostrando a relevância do saneamento e a necessidade da desoneração tributária para que o setor possa contar com uma nova fonte de recursos continuados e significativos. De outro, isso demonstra que a economia do país evoluiu e, mesmo com as incertezas do cenário macroeconômico mundial, é perfeitamente possível haver a desoneração sem prejuízo ao desenvolvimento do país. Ao contrário, os ganhos serão significativos para a população, principalmente a mais carente, para a qual esses recursos seriam primordialmente direcionados.

Para maior agilidade dos empreendimentos do PAC, representantes das Associadas da Aesbe participaram de um grupo de trabalho para analisar os procedimentos definidos pelo Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal. Esses estudos já foram concluídos em sua primeira etapa e os procedimentos já deverão ser proximamente adotados, com a edição das instruções normativas que os apoiarão. Podem ser destacados como resultados desse trabalho a diminuição dos prazos e a conseqüente redução dos custos dos empreendimentos.

É importante frisar, também, que no início de dezembro, em Curitiba-PR, durante a última reunião ordinária do Conselho de Administração da Aesbe, na qual participaram os presidentes das companhias estaduais de saneamento, representantes do Ministério das Cidades e da própria Caixa Econômica Federal que expuseram a realidade do andamento das obras do PAC. Na opinião de todos, é necessário agilizar o repasse de recursos para que os projetos tornem-se realidade!

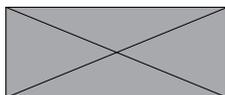
Bom, até aqui tudo parece um balanço e é mesmo, pois o saneamento avançou bastante no país! De acordo com o SNIS/2009, últimos dados oficiais apresentados, ocorreu um significativo crescimento nos indicadores de água e de esgotos sanitários. Em relação à água, o crescimento foi de 1,6 milhão de ligações, 16,6 mil km de redes e acréscimo de 215 milhões de metros cúbicos de água produzidos. No atendimento com esgotamento sanitário, houve um acréscimo de 1,1 milhão de ligações e 16,5 mil km a mais de redes. O volume de esgoto tratado também cresceu, atingindo hoje 237 milhões de metros cúbicos. São números expressivos e sinalizam que estamos no caminho correto para a universalização dos serviços, que resultará em melhor qualidade de vida para a população e na maior proteção ao meio ambiente. E olha que esses números, de acordo com o SNIS, refletem a realidade de 2009, não incorporando os últimos resultados do PAC Saneamento. Isso tudo indica que a realidade atual apresenta dados bem mais positivos para o setor de saneamento, o que não deixa de ser bastante auspicioso para todos nós!

E é por essas e por muitas outras conquistas diárias que a diretoria da Aesbe agradece aos seus colaboradores e demais participantes responsáveis pela ampliação e gestão dos serviços de saneamento em todo o país por mais um ano de trabalho e deseja que, no próximo ano, haja melhorias contínuas para o setor.

Feliz Natal e excelente 2012!

Abelardo de Oliveira Filho

Diretor-presidente da Aesbe e Presidente da Embasa



A AESBE, consciente das questões ambientais e sociais, utiliza papéis com certificação (Forest Stewardship Council) na impressão deste material. A certificação FSC garante que a matéria-prima é proveniente de florestas manejadas de forma ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável, e outras fontes controladas. Impresso na Gráfica Coronário - Certificada na Cadeia de Custódia - FSC.

A Aesbe

A Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe) é uma entidade civil sem fins lucrativos que, há 26 anos, representa as empresas estaduais de água e esgoto do país. Juntas, essas companhias atendem a 3.943 municípios, ou seja, 76% da população urbana brasileira. Tem sede no Distrito Federal e dentre seus objetivos está o de zelar pelo interesse de suas associadas, promovendo o contínuo aperfeiçoamento técnico, por meio do intercâmbio de experiências, além de elaborar e divulgar estudos e trabalhos diversos. São associadas à Aesbe:

Agespisa: Águas e Esgotos do Piauí S.A.

Caema: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão

Caer: Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Roraima

Caerd: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia

Caern: Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte

Caesa: Companhia de Água e Esgoto do Amapá

Caesb: Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal



Cagece: Companhia de Água e Esgoto do Ceará

Cagepa: Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

Casal: Companhia de Saneamento de Alagoas

Casan: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Cedae: Companhia Estadual de Águas e Esgotos

Cesan: Companhia Espírito Santense de Saneamento

Compesa: Companhia Pernambucana de Saneamento

Copasa: Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Corsan: Companhia Riograndense de Saneamento

Cosanpa: Companhia de Saneamento do Pará

Depasa: Departamento de Pavimentação e Saneamento do Acre

Deso: Companhia de Saneamento de Sergipe

Embasa: Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.

Sabesp: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

Saneago: Saneamento de Goiás S.A.

Saneatins: Companhia de Saneamento do Tocantins

Saneapar: Companhia de Saneamento do Paraná

Sanesul: Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul S.A.

Para saber mais sobre a Aesbe ou suas associadas, basta acessar: www.aesbe.org.br.

Sumário

6 Compesa opera o maior sistema de dessalinização do país

16 Mercado de trabalho: onde estão os engenheiros civis?

21 Correios X Companhias: processo está perto de seu julgamento

24 Governo sinaliza que atenderá pedido da Aesbe sobre desoneração

27 Realização

42 Coluna Jurídica: saneamento integrado

46 Notas

48 Produtos e Serviços

Seção do Leitor

Caro Editor,

A matéria de capa, apresentada pela revista Sanear, nº 15, de setembro deste ano, sob o título de "Planos de Contingência e Gestão de Riscos na área do Saneamento: iniciativas ainda são pontuais" mostra uma realidade que precisa mudar, não só no âmbito das companhias estaduais, mas especialmente, no âmbito dos governos. É preciso que os governos comecem a se preocupar com a triste realidade social brasileira. O fato é que, em todas as grandes cidades brasileiras, os pobres são empurrados para as margens, muitas vezes, localizadas em morros, beiras de córregos e até encostas. É preciso que haja uma política urbana de habitação que preveja igualdade, ou seja, não adianta construir uma vila longe do centro urbano e não disponibilizar transporte público, postos de saúde, escolas, delegacias e rede de saneamento. Espero, sinceramente, poder ler um dia na revista Sanear uma notícia sobre essa mudança de paradigma.

Eunice Dias Paixão
Acadêmica de Serviço Social – Piauí

Sou estudante de Engenharia e estava fazendo uma busca sobre programas habitacionais no Brasil. Entrei no site www.aesbe.org.br e vi a revista Sanear. Uma das matérias que mais me chamou a atenção foi a entrevista com a secretária Inês Magalhães, da Secretária Nacional de Habitação. Gostei muito de ler sobre o programa "Minha Casa, Minha Vida" e as dificuldades dele. Me ajudou bastante. Obrigado!

Geovanni Carlos Bernardes Soares
Acadêmico de Engenharia Civil - Sergipe

Fale conosco

Revista Sanear

(61) 3326-4888 – Ramal 13
revistasanear@aesbe.org.br

Publicidade

Via Vox Comunicação
Brasília: kelly@viavox.com.br
(61) 3201-1884 / 8229-5545
São Paulo: cmarino@scmedia.com.br
(11) 3451-0012 / 91412938

Onde estamos

**Editora Aesbe –
Redação Revista Sanear**

SCS Quadra 01, Bloco H,
Edifício Morro Vermelho, 8º andar
Brasília-DF - 70.399-900.

Expediente

Coordenação Editorial

Walder Suriani

Edição: Aurélio Prado (MT - 9160/DF)

Comunicação e Administração: Luciana Melo Costa (MT - 2492/DF)

Revisão: Ronaldo Farias

Diagramação: Duo Design Comunicação

Foto de capa: Duo Design

Impressão: Gráfica Coronário

Tiragem: 10.000 exemplares

Diretor-Presidente

Abelardo de Oliveira Filho (Embasa/BA)

Diretores Vice-Presidentes

Antônio Braga (Cosanpa/PA)

Yuri Queiroz Pinto (Caern/RN)

Roberto Tavares (Compesa/PE)

Ricardo Augusto Simões (Copasa/MG)

Fernando Ghignone (Sanepar/PR)

Wagner Victor (Cedae/RJ)

Conselho Fiscal

José Carlos Barbosa (Sanesul/MS)

Célio Biavati Filho (Caesb/DF)

Álvaro José Meneses da Costa (Casal/AL)

Câmara Técnica de Comunicação e Imprensa

Rosalina Sousa – AGESPISA

Vanda Vidigal – CAEMA

Marlete Pires Meneses da Silva – CAER

Newton Sérgio Vicente da Silva – CAERD

Edwin Carvalho – CAERN

Ivete Guedes – CAESA

José Carlos Camapum Barroso – CAESB

Sabrina Lemos – CAGECE

Fábio Cabral Bernardo – CAGEPA

José Francisco Alves – CASAL

Samuel Rodrigues – CASAN

Iuri Cardoso – CEDAE

Márcia Brito – CESAN

Rosineide Oliveira – COMPESA

Henrique Bandeira de Melo – COPASA

Rosane Beria – CORSAN

Milena Souza de Medeiros – COSANPA

Fernando Fontes – DESO

Débora Ximenes – EMBASA

Adriano Stringhini – SABESP

Rui Eduardo Ferrascini Pacheco – SANEAGO

Wherbert Araújo – SANEATINS

Flávio Costa – SANEPAR

Paulo Ricardo Gomes – SANESUL

As análises e as opiniões dos artigos assinados na revista Sanear são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam necessariamente a posição da Aesbe.

Compesa implanta o maior sistema de dessalinização do Brasil

Depois de enfrentar forte racionamento, Fernando de Noronha tem água tratada 24 horas por dia

Walder Suriani | Aurélio Prado

Apesar de ter sido descoberto há 508 anos e de ser um dos lugares mais lindos, além de santuário ecológico, somente agora o arquipélago de Fernando de Noronha, cercado pelo oceano Atlântico e distante 545 km de Recife (PE), passou a ter água tratada 24 horas por dia, durante 365 dias do ano.

A Companhia Pernambucana de Água e Saneamento (Compesa) investiu R\$ 2,5 milhões com recursos do Prodetur na obra de ampliação e reforma do dessalinizador da ilha, o maior sistema de tratamento da água do mar para abastecimento humano do Brasil e que acaba de vez com o racionamento de água, que na época de seca, chegava a 6 dias por semana, em um dos roteiros mais procurados por turistas do mundo inteiro.

Segundo o presidente da Compesa, Roberto Tavares, a ação inovadora da companhia triplicou a capacidade de tratamento da água captada no mar e transformada em água potável. “Experiências desse porte só existem no Kuwait e em Israel, no Oriente Médio”, comentou.

Na solenidade de inauguração da segunda etapa do sistema (em agosto deste ano), Tavares lembrou as dificuldades do abastecimento na ilha, que ficava durante longa estiagem até 15 dias sem água. “É com muito orgulho que

entregamos esta obra, oferecendo água de excelente qualidade aos noronhenses e turistas. Assim como todas as ilhas do mundo, o desafio é grande para obtenção de água potável”, afirmou. Para Tavares, o sistema de Noronha, com a utilização das mais modernas tecnologias, é motivo de orgulho para todos os insulanos e pernambucanos.

As bombas adquiridas na Dinamarca são de alta potência e permitem a triplicação da capacidade de tratamento de água do mar. Antes da obra de ampliação, o sistema produzia 5,6 litros de água por segundo. Agora, são 15 l/s graças à instalação de um quarto módulo de tratamento de água. “Essa produção garante um abastecimento diário na ilha, sem a preocupação do nível de armazenamento do Açude Xaréu, única barragem da ilha e que, durante períodos de seca, ficava vazia”, afirma Tavares. Segundo ele, o projeto tem um alcance de 15 anos.

A solução da Compesa para resolver o problema foi implantar o sistema de dessalinização, que transforma a água do mar em água potável para atender à população, hoje estimada em 3.500 pessoas (entre nativos e transitórios).

Com uma população assim, a companhia precisou modernizar ainda mais o sistema, utilizando o que há de mais moderno em tecnologia no mundo. As bombas têm ca-



pacidade para bombear 100 litros de água por segundo e transformar 30 litros por segundo em água potável, devolvendo 70% ao mar.

Para realizar o processo de dessalinização da água do mar de Fernando de Noronha, a Compesa utiliza a tecnologia BMET, um sistema de alta pressurização que conta com duas bombas submersas e um motor elétrico. A grande vantagem do sistema é que ele trabalha com eficiência da energia, utilizando bombas de alta pressão e baixo consumo, já que aproveitam o potencial da própria água. Uma das bombas é acionada por uma turbina que, para funcionar, reaproveita parte da água eliminada no processo de dessalinização. Dessa maneira, exige-se menos potência do motor, elevando assim a redução no consumo de energia, recurso tão escasso em regiões como Fernando de Noronha. O uso do sistema BMET assegura uma economia de aproximadamente 34% no valor do kWh/m³.

De acordo com Roberto Tavares, o moderno processo de dessalinização da água do mar da ilha é pioneiro no país, sendo o único implantado e operado por uma empresa pública.



Filtros que, por meio de pressão, removem com mais de 90% de eficiência o sal da água do mar



Consumo

Acostumados com as constantes faltas de água, os moradores do arquipélago ainda hoje fazem grandes reservas. Talvez aí esteja a explicação para o alto consumo per capita dos noronhenses, que é de 280 litros por habitante/dia, enquanto a média de consumo trabalhada em projetos da Compesa é 160 litros/habitante/dia. “Iremos desenvolver campanhas de esclarecimento para conscientizar ilhéus e turistas sobre o uso racional de água”, observou Tavares.

De acordo com o gerente da unidade de negócios da Compesa em Fernando de Noronha, Djair Pinto Bezerra Junior, a ilha possui 100% de hidrometração. A tarifa cobrada é exatamente a mesma de Recife, ou seja, R\$ 25,80 (para a primeira faixa de consumo que é de até 10m³).

Para Djair, o sistema apresenta os resultados esperados pela Compesa. Todavia exige cuidados como a permanência de 16 técnicos na ilha e uma manutenção rotineira, bem como adequação das redes para evitar problemas com a alta concentração de sal e até de ferro na água da ilha.

O universo de imóveis atendidos em toda Fernando de Noronha representa 960 unidades, desde residências, híbridos de domicílios que funcionam como pousadas, hotéis de grande porte comercial, rede gastronômica diversificada, bem como estabelecimentos públicos e privados. A população flutuante, representada pelo corpo de turistas que chegam anualmente à ilha, chega a alcançar 50% de acréscimo na população residente e isso corresponde a acentuados picos de consumo de água nas estações de veraneio (setembro a março).



Esta é a grade que protege a captação da água do mar, localizada há poucos metros da praia do Boldró.

Dificuldades

Fernando de Noronha representa um bom exemplo das dificuldades de operar e manter um serviço de abastecimento de água, em localidades sem viabilidade econômica e financeira. São inúmeros os obstáculos a serem enfrentados. As condições para acesso à água são bastante difíceis e o "per capita" de consumo de água é alto; os custos de implantar e manter o sistema são elevados; a população flutuante é bem considerável, elevando ainda mais o custo dos serviços; em função da topografia do lugar, há grandes diferenças de pressão nas redes, dificultando a operação do sistema. Além de a tecnologia utilizada no tratamento da água depender de mão-de-obra especializada e cara. Nessas condições e com baixa densidade habitacional, não há viabilidade econômica do sistema de abastecimento de água em Fernando de Noronha e a administração local não teria verba orçamentária para subsidiar a prestação

dos serviços. Somente uma operadora regional, no caso a Compesa, teria condições de atender aos serviços de abastecimento de água da ilha. Apesar das dificuldades e dos custos envolvidos, a situação começa a se normalizar e o atendimento ininterrupto por 24 horas, grande anseio da população, é a realidade presente no dia a dia do universo de Noronha.



EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS E CONTROLE DE PROCESSOS ON-LINE

Colorímetros portáteis



- Cloro
- Fluor
- Cor

Turbidímetro



A Analyser possui uma equipe especializada em aplicações, desenvolvimento de métodos, instalação e treinamento ao cliente. Efetuamos contratos de manutenção interna e externa para toda linha.

Série Star de Medidores Duplo Canal

pH / Condutividade / Oxigênio Dissolvido / ORP / Temperatura Ion Seletivo

"VÁRIAS OPÇÕES DE ESCOLHA"



- Bancada
- Portátil
- A prova d'água
- Com apenas um elemento ou vários (multiparâmetros)

Representante Autorizado

Thermo Orion



Monitor de Fluoreto

Equipamentos para processos on-line:

- Fluoreto
- Turbidez (Alto/Baixa)
- OD Óptico
- pH
- Cloro Livre (amperométricos com correção de pH)



Turbidímetro

- Amônia
- TOC
- Condutividade
- Entre Outros



ANALYSER COM. E IND. LTDA

fone: (5511)2646-5666

e-mail: vendas@analyser.com.br / www.analyser.com.br

Um pouco do passado

Até chegar o biênio 1998/1999, o arquipélago de Fernando de Noronha sofreu uma grave crise no abastecimento de água, tendo como manancial principal unicamente o açude Xaréu. Sempre que o período de estiagem chegava, ocorria um colapso em seu volume máximo (aproximadamente 470 mil m³).

O sistema produtor de água em Noronha era composto por esse manancial e por dois poços tubulares de pequena vazão. Como um complemento emergencial de água potável para a população, uma embarcação da Marinha era utilizada como barco tanque entre o continente e a ilha, transportando água tratada.

A adoção de uma alternativa emergencial de produção, utilizando a dessalinização da água do mar, se deu em 1999 com a implantação de um sistema com capacidade de 16 m³ por hora, utilizando por meio da tecnologia de osmose reversa. Para se obter a pressurização necessária para realizar esse processo físico de tratamento, teve-se como adição um modelo de bombeamento pouco convencional para os dias atuais, constituído por mecanismo de pistões. Ao iniciar a operação daquela estrutura, houve graves problemas funcionais, desde a geração de elevado ruído até as inúmeras paralisações em diversos momentos por defeitos mecânicos.

No ano de 2004, o sistema recebeu a primeira ampliação, elevando a capacidade total para 24 m³. A tecnologia no bombeamento foi alterada, recebendo bombas do tipo submersas revestidas por estrutura em aço inoxidável de alto desempenho, simulando o



A altíssima preocupação com a preservação da natureza em Fernando de Noronha é um dos aspectos que impressionam o visitante

confinamento em poço profundo. O modelo adotado a partir daí teve inspiração na tecnologia existente em países como Israel e Kuwait, referências mundiais na subsistência de água potável, pela dessalinização.

A partir daquele ano (2004), o açude Xaréu entrou em colapso por quatro anos consecutivos e a população do arquipélago, junto ao potencial turístico crescente, dependia unicamente da água dessalinizada e da tímida utilização dos poços tubulares, que resultavam em um pequeno acréscimo de 1,5 m³/h. O racionamento chegava a seis dias sem água para apenas um dia com abastecimento.

Em 2006, o sistema produtor de dessalinização marinha recebeu um novo incremento. E, nessa ação, a capacidade foi elevada em 50%, chegando aos 36 m³/h. Após esse incremento, o rodízio no racionamento sofreu uma discreta redução média em um dia nos intervalos diários sem o produto, além da conseqüente redução na dependência do carro-pipa. O potencial sócioeconômico da ilha, que representava seu aporte em hospedagem turística e estabelecimentos comerciais, revelava seu elevado crescimento mediante a demanda no consumo de água, e que não tinha seu atendimento em totalidade.

A estação elevatória de água salgada, localizada na praia do Boldró, também foi ampliada, alcançando a vazão de exploração de 120 m³/h de água do mar. Em meados do segundo trimestre de 2008, o açude Xaréu saiu do colapso, devido ao histórico inverno ocorrido e que possibilitou seu transbordamento após algumas décadas de baixa pluviometria. Com a disponibilidade hídrica do Xaréu, a oferta de água ao arquipélago foi constituída pelas produções do açude e do dessalinizador. Mesmo assim, o racionamento ainda era de 2,5 dias sem água para um dia com oferta.

E, em agosto deste ano, a Compesa duplicou a estação de dessalinização da água do mar e conseguiu, a partir de então, fornecer água 24 horas por dia aos ilhéus e turistas.



História

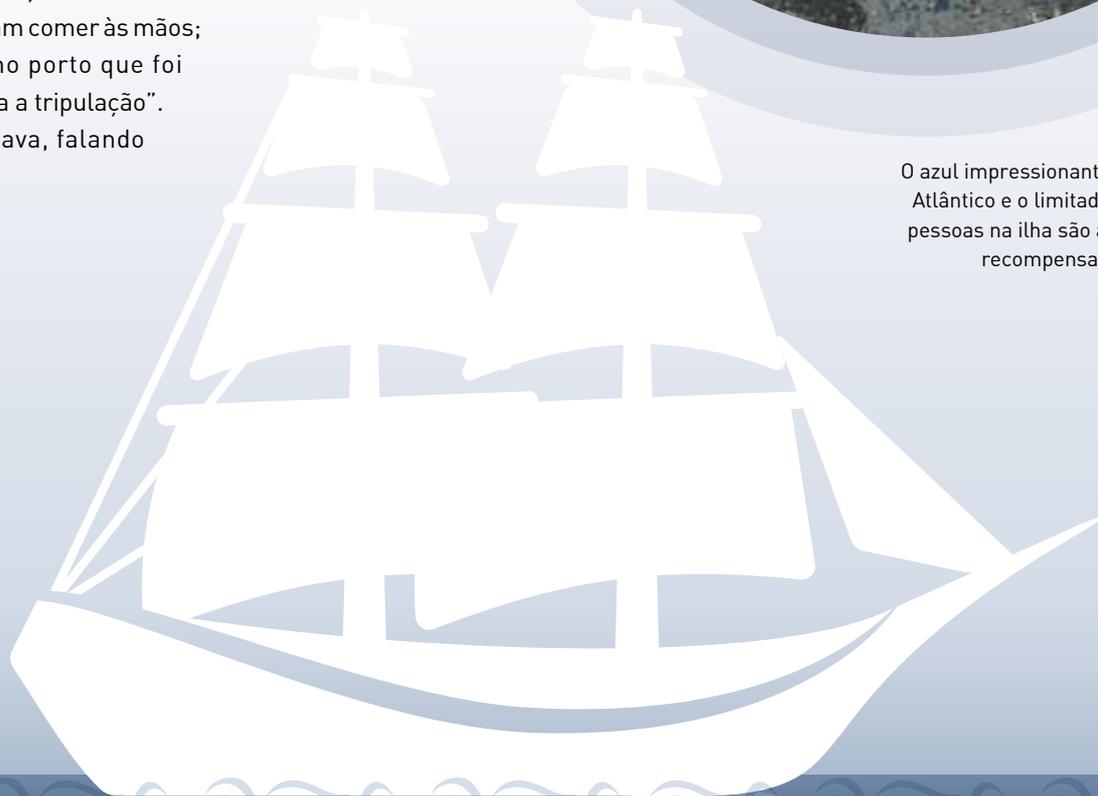
Desde que Américo Vespúcio expressou em carta, e ainda não contestado, que “o paraíso é aqui”, até mais recentemente, quando foi instalado o moderno processo de potabilização de água, muita coisa aconteceu na ilha Fernando de Noronha. Mesmo porque, entre os dois eventos, já se passaram mais de 5 séculos.

Em decorrência da sua posição geográfica e importância estratégica, o arquipélago foi uma das primeiras terras localizadas no Novo Mundo a ser registrado em carta náutica pelo cartógrafo espanhol Juan de La Cosa, já em 1500. Sua descoberta em 1503, entretanto, é atribuída ao navegador espanhol Américo Vespúcio, participante da segunda expedição exploratória às costas brasileiras, comandada por Gonçalo Coelho e financiada pelo fidalgo português Fernão ou Fernan de Loronha, arrendatário de extração de Pau-Brasil.

Coube, também, a Vespúcio, explicitar a primeira declaração de amor à ilha, quando em sua já citada carta menciona “infinitas águas e infinitas árvores; aves muito mansas, que vinham comer às mãos; um boníssimo porto que foi bom para toda a tripulação”. Complementava, falando



O azul impressionante da água do Atlântico e o limitado número de pessoas na ilha são atrativos que recompensam o visitante



que 'a vida palpitava, em meio ao azul turquesa profundo, penhascos, árvores, ninhos de aves, bando de tartarugas, peixes, golfinhos...'

Fernando de Noronha foi a primeira Capitania Hereditária do Brasil e, em 1504, foi doada ao financiador da expedição que a descobriu. Ele, entretanto, não colocou os pés nos seus domínios, que permaneceram abandonados por séculos, ao sabor dos "navegadores predadores", que sulcavam os oceanos naqueles tempos.

Em 1556, uma segunda e igualmente bela descrição do arquipélago foi feita por um francês, Frei André Thevet que, voltando do Rio de Janeiro, registrou "animais que, no mar, saltavam fora d'água e gritavam como porcos", numa clara referência aos golfinhos que até hoje encantam os turistas.

Durante o século XVII foi a vez dos holandeses darem o ar da graça na ilha. Eles a dominaram de 1629 a 1654. Mesmo com lutas para sua expulsão, os holandeses geraram uma pequena ocupação e, para a alimentação da população, criaram uma horta, por eles chamada de "Jardim Elizabeth", com a introdução de espécies estranhas ao lugar, além da criação de porcos, cabras e galinhas, e da construção de um reduto no alto de um morro junto ao porto, onde está hoje a Fortaleza dos Remédios.



Dessalinização

SHUTTERSTOCK



Após a expulsão dos holandeses, a ilha permaneceu abandonada e sujeita a saques. Em 1736 foi a vez dos franceses, que, pela Cia. das Índias Orientais, invadiram e tomaram posse do arquipélago, após longo planejamento. Permaneceram nela somente um ano, rebatizando - como "Isle Delphine", numa referência clara aos golfinhos.

Só então Portugal percebeu a importância estratégica de Fernando de Noronha, como base para ataque de inimigos à Colônia e, em 1737, ordena que a Capitania de Pernambuco expulse os franceses e assuma a ilha e inicie sua colonização. Esse é o ano chave na vida da ilha e começa um novo ciclo de desenvolvimento com a construção do maior sistema de defesa daquele século, com dez fortificações; erguem-se dois núcleos urbanos, um deles a Vila de Nossa Senhora dos Remédios, e dois presídios. Um desses presídios só foi desativado em 1938. Diversas outras intervenções urbanísticas são feitas na ilha, destacando-se a construção de casas, de prédios públicos, de uma capela e a pavimentação de ruas (com o forte apoio dos presidiários), além da criação mais extensiva de bois, galinhas, patos e perus.

Ao longo do tempo inúmeros fatos interessantes ocorreram no arquipélago e muitos famosos a visitaram. Em 1816 Debret registra em pintura o Morro do Pico quando da passagem da missão "francesa". Em 1832 foi a vez de Darwin, a caminho de Galápagos e antes de publicar a sua teoria da evolução das espécies, de descrever o ambiente. Ingleses iniciariam



a telegrafia em 1897 e, no início do século passado, os portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral fariam lá uma parada técnica durante a primeira viagem aérea sobre o Atlântico, ocorrida em 1922. A partir daí, diversas companhias aéreas, com os seus hidroaviões, começaram a fazer escalas na ilha. A Aeropostal, antecessora da Air France, por exemplo, aí se implantaria em 1927, mas, somente em 1934 seria construída a primeira pista de pouso para aviões.

Há também um lado pouco glamouroso da ilha, representado pela ocupação dos seus espaços prisionais não muito confortáveis, principalmente por presos políticos. Em 1844 foram mandados para lá os derrotados da insurreição da Farroupilha e, no final do Século XIX, foi a vez dos capoeiristas do Brasil, na época considerados desordeiros. O fluxo de presos políticos para a ilha foi intensificado a partir de 1930, principalmente durante o primeiro mandato do presidente Getúlio Vargas. Naquele período passaram por lá Gregório Bezerra e Agildo Barata. Também a revolução de 64 enviou para estágio forçado na ilha, diversos prisioneiros políticos importantes, com destaque para os ex-governadores Miguel Arrais e Seixas Dória e o escritor Hélio Fernandes. Com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, Fernando de Noronha é alçado em base avançada de guerra e, de 1942 a 1945, aí viveram mais de três mil homens do Destacamento Misto, ao lado dos americanos que vieram para construir o novo aeroporto.

Até 1988 Fernando de Noronha foi Território Federal, com alternância de comando entre o Exército, Aeronáutica, EMFA e o Ministério do Interior. Naquele período houve muita alteração do espaço urbano da ilha, mudando a face colonial dos núcleos iniciais e erguendo-se vilas hierarquizadas para atendimento às novas exigências de urbanismo e de ocupação da ilha. De 1957 até 1965 ainda haveria uma nova presença americana, que mantinha um Posto de Observação de Mísseis Teleguiados.



Por decisão constitucional, em 1988, Fernando de Noronha é reintegrada à Pernambuco, na condição de Distrito Estadual. A ilha é comandada por um Administrador Geral, nomeado pelo Governador do Estado e com o aval da Assembleia Legislativa. Parte do espaço insular foi transformada em Parque Nacional Marinho, que abrange cerca de 60% de todo o espaço terrestre e até onde a profundidade atingir 50 m no mar.

Normas rígidas de controle ambiental foram estabelecidas, visando à proteção da natureza, o que é bem desfrutado pelo ecoturismo. Os amantes da natureza, os praticantes dos esportes em terra e no mar agradecem.

Com informações de:

www.pousadamagia.com.br
www.ilhadenoronha.com.br

Aquecimento econômico tira engenheiros das companhias

As engenharias - com destaque para a civil - vêm recebendo um sopro de vigor do aquecimento da economia e dos investimentos em infraestrutura realizados no país, com reflexos no aumento da rotatividade desses profissionais na área do saneamento.

O mercado brasileiro de mão de obra tem crescido fortemente nos últimos anos. Apesar dos percalços do mundo globalizado, a economia tem apresentado um quadro de estabilidade, os salários têm se mantido, as indústrias estão contratando mais e o setor de infraestrutura é um dos que mais crescem no país, absorvendo mão de obra especializada. É um cenário extremamente positivo, especialmente se nos lembrarmos de como era o país há 10 ou 15 anos, quando a inflação consumia boa parte dos ganhos dos assalariados e os elevados índices de desemprego, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, assombravam os profissionais.

Mas, nem tudo que brilha é tão ouro assim. As companhias estaduais de saneamento, por exemplo, têm encontrado certa dificuldade em manter o seu quadro técnico, especialmente na área da Engenharia. Muitos profissionais são absorvidos, logo que saem da faculdade, por essas companhias, que assumem o risco e os custos de uma iniciação profissional, treinando e

oportunizando o desempenho das funções intrínsecas desses profissionais. De repente eles se vão, em busca de uma colocação diferente. Muitas vezes, motivados por razões que não são apenas o salário, mas a possibilidade de ascender na carreira.

É o caso dos engenheiros civis Marcelo Oliveira (33 anos) e Evelyn Corrêa (30 anos). “Eu saí porque quis crescer profissionalmente e atuar em novas áreas do mercado. Trabalhar na companhia me deu a oportunidade de aprender muito, mas eu queria ampliar meus horizontes”, explicou Evelyn, que é especialista em Análise Ambiental e, atualmente,



SHUTTERSTOCK

consultora no estado do Amazonas, onde sua remuneração é 200% maior do que o salário oferecido, há três anos, por sua companhia de origem.

Foi pensando assim que Marcelo Oliveira também decidiu se desligar de uma companhia de saneamento e a buscar outra colocação. “Comecei a estudar para concursos públicos até passar em um deles. Decidi sair da companhia, recebendo um salário 35% menor. Hoje, vejo que ampliei meus horizontes e melhorei a qualidade de vida profissional”, destacou o engenheiro civil, que mora em Brasília-DF, onde trabalha em um dos organismos do governo federal.

Já o engenheiro civil Frederico Cunha (30 anos), especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho, buscou a tão sonhada estabilidade. “O motivo maior da minha saída foi a vontade de trabalhar em um órgão público como concursado. Tanto é que, quando eu me desvinculei da empresa, passei a receber menos, mas estava certo de que teria alguma segurança e a possibilidade de crescimento”, declarou.

A argumentação de Frederico Cunha corrobora a explicação de An-

dré Luiz Soukef Oliveira, diretor de Administração e Finanças da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. (Sanesul), sobre os motivos que levam esses profissionais a deixarem a companhia de água e esgoto.

“O setor de saneamento tem enfrentado uma dificuldade muito grande em reter mão de obra qualificada. Em estudos iniciais, atribuímos esse fato ao acelerado aquecimento da economia e, por conseguinte, do mercado, principalmente na área de infraestrutura. Outro fator muito relevante é a busca desses profissionais por empregos públicos federais que ofereçam salários mais elevados e estabilidade”, analisou Soukef.

Para ele, os salários médios, pagos pelas companhias, não são ruins. Entretanto em virtude de as empresas de saneamento terem passado por momentos de reequilíbrio econômico-financeiro, os níveis salariais em alguns casos não acompanharam o realinhamento.

O diretor de Administração e Finanças da Sanesul acredita que uma política de gestão de Recursos Humanos, que contemple progressão

salarial e ascensão profissional, seja um forte componente de retenção dos profissionais nas companhias. “A progressão salarial e uma política de RH devem ser vinculadas a uma continuidade de injeção de recursos no setor para desenvolvimento e expansão. Além disso, outra variável importante é a proteção desses profissionais no quadro das companhias, que devem oferecer condições de desenvolvimento das carreiras técnicas. A prova disso é que, quando lemos as pesquisas especializadas como a da revista *Época* – As 100 Melhores Empresas para Trabalhar (2011-2012) –, vemos que os profissionais apontam o “desenvolvimento profissional” como a resposta para a pergunta *‘O que os funcionários mais valorizam?’*”.





Para André Luis Soukef, fatos como esse, a médio e longo prazos, devem tirar o sono dos administradores que planejam e prospectam cenários, “pois as ações devem ser tomadas para surtir efeitos também a médio e longo prazos e isso inclui a progressão salarial, os ajustes nos planos de carreira, os programas de treinamento intensivos nas áreas técnicas e, em especial, para os engenheiros, projetistas, economistas, administradores e advogados.

Nos últimos cinco anos, 15% do quadro da Sanesul se afastaram da empresa. Algumas pessoas buscaram empregos mais bem remunerados ou condições de crescimento e outras se aposentaram.

Realidade Brasileira – Um censo elaborado pelo Ministério da Educação, recentemente, apontou que o número de novos alunos de Engenharia quase dobrou em 2010 no país, mas as faculdades ainda não conseguem atender à demanda do mercado aquecido com o crescimento econômico. A pesquisa apresenta um aumento de 83% no número de ingressantes nos cursos de Engenharia, em 2010, em comparação a 2009. Considerando todas as carreiras presenciais no ensino superior, a elevação foi de 5%, segundo tabulação da Folha de São Paulo. Para se ter uma ideia, os cursos de Medicina e Administração subiram 1% e, Direito, 7%.

O aumento de calouros em Engenharia foi puxado basicamente pelas áreas de produção e construção civil. Segundo o pesquisador Vanderli Fava de Oliveira, um dos responsáveis pelo estudo, o aumento é devido às constantes notícias de carência de engenheiros no país.

Se por um lado o número de ingressantes é maior, por outro, o número de formandos ainda é baixo, considerando a demanda da indústria. Em 2010, foram 41 mil concluintes. A Confederação Nacional da Indústria, por exemplo, já afirmou que seriam necessários 70 mil novos engenheiros, em 2011, para suprir a carência do mercado.

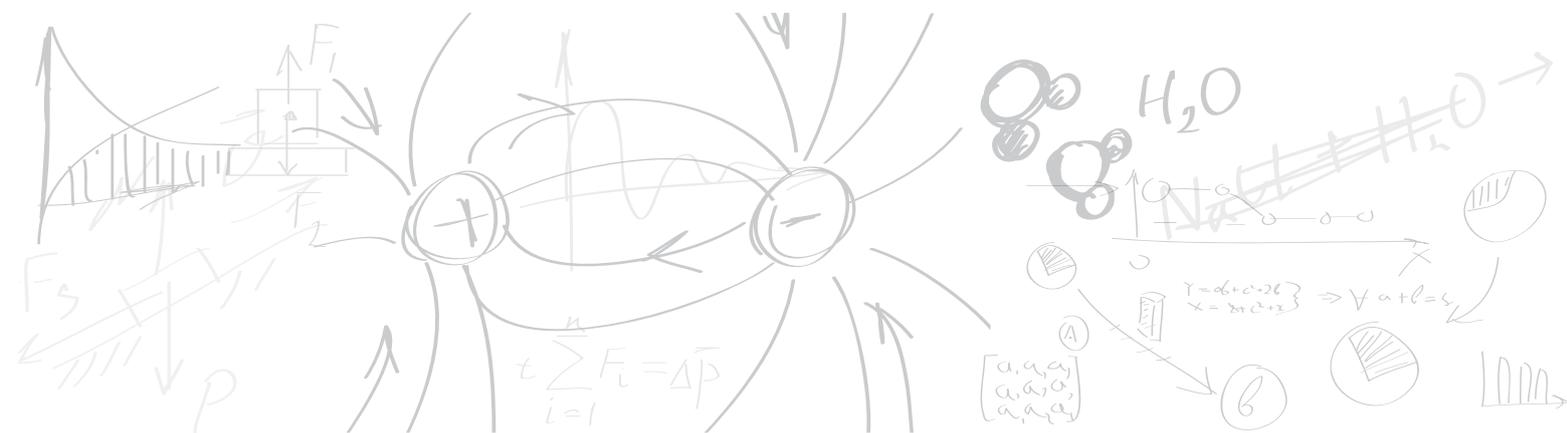
O secretário de Ensino Superior do MEC, Luiz Cláudio Costa, disse que o crescimento na área também decorre, em parte, da expansão de vagas públicas feita pelo governo. “Mas precisamos crescer mais”. O representante do governo Dilma afirmou que o ministério finaliza estudo para identificar as regiões e as áreas da Engenharia prioritárias, considerando os investimentos e as demandas previstas para os próximos anos.

Em 2010, foram oferecidos 3,1 milhões de vagas pelas instituições públicas e privadas em cursos presenciais e o dobro de estudantes se inscreveu nos processos seletivos em busca de uma delas. Entre os cursos com maior procura, o campeão foi Direito: 632 mil candidatos para dispu-

tar uma das 218 mil vagas ofertadas. Em segundo lugar vem Administração, com 617 mil inscritos, seguido por Medicina, com 542 mil, Pedagogia, com 268 mil, e Enfermagem, com 257 mil. *(Com informações de Folha de São Paulo e Agência Brasil)*



Há vagas - A Engenharia Civil está em alta. Recentemente, a Fuvest, principal vestibular do país, que seleciona estudantes para a Universidade de São Paulo (USP), informou que a carreira é a mais concorrida do processo seletivo 2012, destronando Medicina. Ao todo, são 52,27 candidatos disputando cada uma das 60 vagas para futuros engenheiros. Em outros vestibulares, a concorrência também é acirrada. Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) são 47,4 candidatos por vaga, atrás apenas de Medicina (114,4) e Arquitetura (82). As engenharias - com destaque para



a civil - vêm recebendo um sopro de vigor do aquecimento da economia e dos investimentos em infraestrutura realizados no país. Afinal, para construir casas, hotéis, pontes e redes de esgoto, precisa-se de engenheiros. Os salários subiram e os candidatos a engenheiro perceberam isso. Discute-se até que, mantido o atual ritmo, o Brasil precisará formar mais profissionais. “Os vestibulares revelam que há uma percepção da sociedade, principalmente por parte dos jovens, de que as carreiras ligadas à engenharia oferecem oportunidades promissoras”, afirma Aluizio de Barros Fagundes, presidente do Instituto de Engenharia. *(Com informações de Veja Online)*



SHUTTERSTOCK

Exigências de um novo mercado

O campo de trabalho do engenheiro civil é amplo porque o profissional pode trabalhar em escritórios de construção civil, instituições, serviço público, construtoras e indústrias. O mercado de trabalho de um engenheiro civil é muito influenciado pela situação econômica do país.

Contudo, para se conseguir um bom emprego nessa área algumas exigências são necessárias como estar muito bem preparado, levando seu curso a sério e depois de formado tenha um ótimo raciocínio lógico, fluência no inglês e espanhol e finanças.

Outra coisa muito importante e que enriquecerá o currículo do engenheiro civil são as pós-graduações. A maioria dos engenheiros depois de um tempo trabalhando em empresas acabam prestando serviços, o que tem se mostrado bem vantajoso.

O salário inicial médio é de R\$ 4,8 mil. A área de Engenharia Civil tende a aquecer muito mais graças à Copa do Mundo em 2014 e aos Jogos Olímpicos em 2016, já que muitas obras terão de ser feitas para que o país tenha estrutura para receber tanta gente. *(Guia do Estudante)*

Brasil forma muitos engenheiros nas faculdades, mas poucos atuam na profissão

De cada 3,5 engenheiros formados no Brasil, apenas um está formalmente empregado em ocupações típicas da profissão. Isso mostra que o país tem um número suficiente de engenheiros para dar conta dos novos postos que devem surgir com o crescimento econômico. No entanto, é necessário que aumente a proporção de profissionais dedicados às áreas específicas da engenharia, para que o país dê conta de acompanhar os cenários mais otimistas.

A avaliação é do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e consta da sexta edição do Boletim Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior. Segundo o Ipea, o estudo foi motivado pela possibilidade de não haver número suficiente de engenheiros no país para dar conta da demanda que deverá surgir com o crescimento econômico. Isso, assinala a instituição, poderia resultar em um “apagão de mão de obra qualificada”, caso a economia venha a crescer a taxas mais altas ou por causa de mudanças tecnológicas, principalmente em alguns setores, como o do pré-sal.

De acordo com o Ipea, a demanda tem superado o aumento de oferta de mão de obra no mercado. O ponto que mais preocupa seria a baixa proporção de formados que estão formalmente empregados em ocupações típicas da profissão.

Para realizar o estudo, o Ipea identificou o requerimento técnico por engenheiro - quantidade de profissionais com essa competência requerida

tecnicamente para atender a um determinado nível de produção - para formação do PIB (Produto Interno Bruto). Além disso, projetou a quantidade de engenheiros potencialmente necessários a cada ano, entre 2009 e 2022.

Em 2008, a quantidade de graduados em engenharia foi de cerca de 750 mil, enquanto o requerimento técnico por esses profissionais foi de 211.713 profissionais. No ano anterior, o total de graduados foi de 188.654 e em 2006, 174.183.

Três cenários distintos, em relação ao crescimento do PIB (3%, 5% e 7% ao ano) foram analisados. As projeções levaram em conta apenas os empregados em ocupações identificadas como próprias de engenheiros, arquitetos e outros profissionais correlatos e pondera que há muitos diplomados em engenharia que exercem outras ocupações e não foram incluídos no estudo.

Baseado nos números de pessoas que concluíram os cursos de engenharia, na produção e na construção no Brasil, além da projeção dos formandos, o Ipea estima que em 2015 haverá 1,099 milhão de engenheiros disponíveis no mercado.

O estudo constata também que, à primeira vista, a disponibilidade de engenheiros seria suficiente para atender à demanda, desde que o crescimento do PIB se mantenha em 3% ao ano e a proporção entre formados, na comparação com os formalmente empregados, caia para três por um -



atualmente, de cada 3,5 engenheiros formados apenas um está empregado formalmente em ocupações típicas.

No patamar três por um, a demanda estaria em 1,001 milhão de profissionais em 2015. Número abaixo do 1,09 milhão de engenheiros que deverão estar atuando no mercado, segundo o Ipea.

Caso o crescimento do PIB fique em 5% ao ano, serão necessários 1,155 milhões de profissionais - número ligeiramente maior do que o previsto (1,099 milhão). E, com crescimento de 7% ao ano, serão necessários 1,462 milhão de engenheiros.

Já a projeção para 2022 aponta que haverá 1,565 milhões de engenheiros em ocupações típicas - número suficiente para dar conta da demanda caso o PIB cresça 3% ou 5% ao ano. Mas para isso será necessário que se aumente a proporção de profissionais dedicados a atuar nas ocupações típicas de engenharia e, de cada dois formados, um esteja dedicado a elas.

Caso se mantenha o quadro atual (de 3,5 formados, um atua em emprego típico), a demanda será de 1,861 milhão de engenheiros, para o caso de um PIB com crescimento de 3% ao ano; e de 2,48 milhões de engenheiros para o caso de se registrar crescimento do PIB em 5% ao ano.

(Com informações de Agência Brasil)

STF julgará mérito do Monopólio Postal dos Correios

Está perto do fim o imbróglio que envolve a emissão de contas de água e esgoto no Brasil. De um lado do processo está o Correios que alega a quebra do Monopólio Postal; de outro, as companhias de saneamento que realizam a leitura e a entrega simultânea das contas.

O processo movido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) contra a Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), cuja discussão objetiva saber se as empresas concessionárias que prestam serviços de água e de esgoto podem realizar as rotinas de faturamento *in loco* dos seus produtos e serviços junto aos seus usuários, sem que afronte o conhecido privilégio postal, tem um novo desfecho. É que saiu no início de dezembro a admissão do recurso extraordinário e recurso especial, movido pela ECT contra a Casal. Agora, a luta, que começou em 2006, deverá ser julgada em última instância, nos tribunais superiores, Supremo Tribu-

nal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Para o advogado representante da Casal, Filipe Galvão, do escritório ALNPP Advogados, existe a possibilidade de que o STF e o STJ neguem seguimento a ambos os recursos, uma vez que o entendimento já ministrado pelas instâncias singelas foram bastante sedimentados e calcados na instrução do feito, ou seja, por meio das provas apresentadas pelas partes. Ademais, como é do conhecimento no mundo jurídico, a súmula 279 do STF e a súmula 7 do STJ, vedam a utilização do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial como meio de reexame de prova.

A resposta dos ministros, que não tem uma previsão para acontecer, impactará diretamente a vida de milhões de brasileiros, já que todos os custos oriundos da entrega das contas de água que, por ventura, passe a ser feita pela ECT, serão incluídos na lista de despesas que é levada em consideração na hora de calcular os reajustes das tarifas.

O resultado do julgamento, qualquer que seja, influenciará em todos os processos que correm, atualmente, com esse tema, ou seja, receberão um despacho idêntico, pois o recurso da ECT em desfavor da Casal assumiu um caráter de “recurso paradigma”, uma espécie de precedente.

Entenda o caso

A ECT tem movido diversas ações contra as companhias de saneamento porque considera que o ato de as empresas de água e esgoto entregarem a conta referente à tarifa desses serviços fere o Monopólio Postal consagrado no artigo 9º da Lei nº 6.538 de 1978. A ECT alega que:

- a. Compete exclusivamente à União, por meio da ECT, manter o serviço postal e o correio aéreo nacional conforme o inciso X do artigo 21 da Constituição Federal;
- b. A Constituição Federal não trata o serviço postal como uma “singela atividade privada”, que todos os indivíduos podem explorar livremente;
- c. O serviço postal é um serviço público que consiste basicamente da coleta, transporte e entrega de cartas, sendo que as contas de luz, água, cartões de crédito, boletos bancários e talões de cheque são consideradas cartas na medida em que encerram uma comunicação escrita, cuja informação é de interesse específico do destinatário;
- d. O decreto nº 83.858/1979, que permitia aos concessionários de serviços públicos de água, energia elétrica ou de gás a entrega das contas de consumo e dos avisos de cobrança, por meios próprios, foi revogado por decreto sem número em 18 de fevereiro de 1991, o que reforça a tese de que a exclusividade é conferida à ECT.

Ação Judicial

Para se defender e, ainda, assegurar o próprio equilíbrio econômico, as companhias de água e esgoto têm se esforçado, Brasil a fora, para explicar aos Tribunais Regionais Federais o que ocorre na prática.

As concessionárias de água e esgoto captam e tratam as águas dos mananciais e a distribuem a seus clientes, com rigor na observância dos padrões de potabilidade determinados pela portaria nº 514, do Ministério

da Saúde, e por um custo controlado por uma agência reguladora. “A única forma de a companhia saber quanto o cliente está consumindo é fazendo uma leitura no hidrômetro, localizado em estabelecimentos, residenciais ou comerciais. É aí que o processo recebe uma proporção diferenciada”, explica o advogado alagoano, Filipe Galvão.

Segundo ele, no momento em que um empregado da companhia de saneamento chega para fazer a leitura do

consumo, ele também checa o estado do hidrômetro, tira dúvidas e emite a conta referente ao total de metros cúbicos consumidos. “Fazendo isso, a companhia ainda assegura um dos princípios básicos do Código de Defesa do Consumidor que é o de possibilitar que o cliente peça esclarecimentos pelo valor que está sendo cobrado! Isso também gera a eficiência do serviço público”, analisou Filipe Galvão.

Com essa leitura *in loco*, estabelece-se, na visão dos desembargadores do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, uma relação comercial, como qualquer outra. Os magistrados ressaltam ainda que é inconteste que a leitura informatizada de dados se trata de uma tecnologia inovadora, que permite a realização de diversas rotinas de serviços em uma mesma ocasião, otimizando o gerenciamento do consumo, permitindo maior precisão no faturamento e proporcionando a desburocratização dos serviços. “Se você pega um táxi, na mesma hora é possível conhecer o valor e fazer a quitação da dívida. Há nessa relação o faturamento no local do serviço. Como seria se os taxistas tivessem que faturar, enviar a fatura para o Correio e aguardar a entrega?”, questionou o advogado alagoano.

A tendência é que, com o avanço da tecnologia, as máquinas utilizadas para fazer a leitura e a entrega simultâneas, *in loco* atualmente, também possibilitem a negociação de débitos e até receber o valor da conta, como ocorre com as máquinas de cartão de crédito ou débito sem fio. “Essa atividade, cercada de uma rotina cheia de ações, não pode ser caracterizada como uma entrega de cartas. Na verdade a inovação tecnológica em nada se assemelha ao dito privilégio postal. O que estamos testemunhando é um



DIVULGAÇÃO/INTERNET

Técnico de atendimento externo realizando a leitura *in loco*, para emitir as contas de água e esgoto

mercado novo, que possui espaço para todos, porém, sem privilégios”, concluiu o advogado Filipe Galvão.

A Aesbe tem acompanhado de perto a questão e na opinião de sua Consultora Jurídica, a advogada Elizabeth Costa de Oliveira Góes, “a abertura de mercado popularizou o acesso aos meios de comunicação mais céleres e eficientes como o telefone e internet, que naturalmente geraram o esvaziamento das atividades próprias dos Correios, o que talvez justifique a busca desenfreada da ECT por incluir como atividades, em regime de monopólio, situações inimagináveis por ocasião da definição, no rol de atividades contidas no artigo 9º da lei nº 6.538/78”.

Tocantins – uma decisão similar à dos Desembargadores do TRF da 1ª Região também beneficiou a Companhia de Saneamento do Tocantins (Saneatins), no fim de agosto deste ano. O juiz federal, Emmanuel Mascena de Medeiros, proferiu em sua sentença:

“[...] é incontroverso que a exploração do serviço postal constitui monopólio da União a ser exercido, com exclusividade, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sobretudo após a manifestação do STF no julgamento da ADPF 46/DF, no sentido da recepção do artigo 9º da Lei 6.538/78.

*Assim, a matéria posta em deslinde já restou pacificada no âmbito do STJ e TRF 1ª, no sentido de que a entrega direta, pelas unidades federadas ou pelas empresas concessionárias, de carnês de tributos ou de contas/faturas de consumo de água e esgotos e de energia elétrica nos domicílios dos contribuintes ou consumidores [...] **não implica em violação ao monopólio** a que alude o artigo 21, inciso X, da CF.”*

O que é carta?

“Objeto de correspondência, com ou sem envoltório, sob a forma de comunicação escrita, de natureza administrativa, social, comercial, ou qualquer outra, que contenha informação de interesse específico do destinatário.”

Art. 47 da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os serviços postais.



DIVULGAÇÃO/CAERN

A visita do técnico permite a emissão das contas de água e esgoto, in loco, e, também, o esclarecimento de eventuais dúvidas do cliente

O lado dos Correios

A redação da revista Sanear tentou obter, insistentemente, ao longo de cinco dias, uma versão oficial da ECT, mas a Assessoria de Comunicação disse, ao final de todo esse tempo, que a Assessoria Jurídica não se pronunciaria.

Como aumentar os recursos para o saneamento

A Aesbe encaminhou documento ao governo, solicitando que parte dos impostos federais arrecadados seja redirecionada para a baixa renda.

Está em estudo no Ministério das Cidades um projeto que isenta os investimentos em saneamento básico do recolhimento do Programa de Integração Social/Contribuição Financeira para a Seguridade Social (PIS/Cofins). Se aprovada, a medida poderá crescer em R\$ 2 bilhões por ano o valor do investimento ao saneamento. Esses valores correspondem ao que foi recolhido pelas empresas estaduais de água e esgoto, em PIS/Cofins no ano passado. O objetivo do governo é transformar os ganhos tributários em investimentos adicionais, para acelerar as obras dos serviços de saneamento, possibilitando a sua universalização até 2030.

A desoneração tributária do saneamento básico foi solicitada formalmente ao governo pela Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe), no final de julho de 2011 e apoiada por outras entidades empresariais, e chegou a ser citada na campanha eleitoral pelos então principais candidatos Dilma Rousseff e José Serra. Na época, ambos garantiram que, se eleitos, reduziriam de imediato essa tributação para o saneamento.

Os estudos técnicos do Ministério das Cidades elaborados há alguns meses defendem a redução da tributação dos investimentos em redes de água e em sistemas de coleta e tratamento de esgoto como forma de estimular os investimentos. Um desses estudos afir-

ma que a desoneração dos encargos diretos sobre a receita (PIS/Cofins) e sobre o lucro (Contribuição Financeira sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda) reduziria em 20% o custo das empresas prestadoras de serviços de saneamento básico, ganho suficiente para sustentar suas operações e assegurar investimentos em ampliação e modernização.

A desoneração, nesse caso, seria justificada pelo fato de essas empresas prestarem um serviço público de alta relevância para a saúde. Em encontro com empresários do setor em São Paulo, no começo de novembro (7/11), o secretário nacional de Saneamento do Ministério das Cidades, Leodegar Tiscoski, declarou que a proposta de desoneração tributária foi aprovada pelo ministro Mário Negromonte. É um passo importante, mas não suficiente.

De acordo com o presidente da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe), Abelardo de Oliveira Filho, todo o dinheiro que deixaria de ser gasto com esses impostos poderia ser aplicado na ampliação dos serviços, além de ações sociais voltadas às atividades de educação ambiental e até a interconexão entre as redes de esgoto de famílias carentes com a rede pública, de forma gratuita.

Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento terão de ser consultados antes da apresentação do projeto de desoneração. Em geral,

eles costumam resistir a medidas que impliquem redução de arrecadação. Não se conhece nenhuma manifestação a respeito da proposta em estudo no Ministério das Cidades.

A desoneração teria um efeito importante no aumento da capacidade de investimento das empresas do setor. As companhias estaduais de saneamento básico calculam que, nos últimos dez anos, recolheram R\$ 13 bilhões em PIS/Cofins (*veja no quadro*). É um valor superior a todo o investimento realizado por elas no período, de R\$ 12 bilhões.

Dados compilados recentemente pela Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) indicam que, no ano passado, os investimentos em saneamento básico efetivamente realizados pelo governo dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) somaram R\$ 7,5 bilhões, o que equivale a pouco mais da metade do investimento federal necessário para alcançar a universalização dos serviços no longo prazo.

Para levar serviços de água e esgotos a toda a população em 15 anos, isto é, até 2025, o Brasil teria de investir R\$ 20 bilhões por ano. Se o prazo for estendido por cinco anos, isto é, até 2030, os investimentos anuais devem ser de R\$ 17 bilhões.

É importante destacar que, embora relevante, a questão tributária é apenas uma entre as muitas que o setor precisa superar para ampliar sua capacidade operacional e seus investimentos.



SHUTTERSTOCK

Recursos – No Brasil, os investimentos são de duas naturezas: de fontes orçamentárias e de financiamentos com recursos públicos e de tarifas. Há também fontes de agências e bancos internacionais, acessados diretamente pela União, pelos estados e pelas companhias de saneamento. O governo federal libera recursos via bancos e agentes financeiros, normalmente Caixa Econômica Federal e BNDES, e as companhias investem um percentual relativo à contrapartida. Além disso, existem os recursos não onerosos que vêm, principalmente, do Orçamento Geral da União (OGU).

Em relação à contrapartida das companhias, esse percentual é definido individualmente, de acordo com cada situação. O Plano Nacional de Saneamento, em discussão, define que a universalização dos serviços será por

financiamentos e por tarifas, praticamente 50% para cada modalidade.

Também é importante destacar que as companhias investem pesadamente no setor, com recursos próprios, apesar da alta carga tributária que são obrigadas a arcar.

Próximos Passos – E com a finalidade de subsidiar o governo federal na tomada de decisão que, certamente, impactará positivamente todo o saneamento básico brasileiro, a Aesbe (Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais) contratou a elaboração de dois estudos que fundamentam os cenários que propiciam a desoneração do PIS/Cofins. Um deles foi elaborado pelo consultor econômico e ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Raul Velloso, e, o outro, foi desenvolvido pela Fundação Instituto de Administração -

FIA. Ambos os documentos apresentam argumentações técnicas suficientes para que o governo federal tome a decisão mais acertada, com demonstração, por exemplo, do pequeno impacto econômico aos cofres públicos federais. Os próximos passos incluem o encaminhamento desses documentos para apreciação dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e o agendamento de reuniões com os representantes governamentais para apresentação e discussão do tema, sobre a ótica dos operadores dos serviços de saneamento.

Veja no quadro abaixo a comparação entre o que foi desembolsado pelas companhias estaduais, apenas, com PIS/Cofins e o investimento com recursos próprios:

(Com informações de O Estado de São Paulo-11/11)

Quadro de desembolso, investimento e empréstimos

Evolução da cobrança do PIS/Cofins		Investimentos feitos pelas Companhias com recursos próprios		Investimentos feitos pelas companhias com recursos onerosos e não-onerosos	
Ano	Valor em bilhões R\$	Ano	Valor em bilhões R\$	Ano	Valor em bilhões R\$
2000	0.504	2000	0.970	2000	0.844
2001	*	2001	1.189	2001	0.834
2002	0.662	2002	1.124	2002	0.987
2003	0.795	2003	1.344	2003	0.928
2004	0.995	2004	1.242	2004	1.112
2005	1.183	2005	1.508	2005	1.276
2006	1.464	2006	1.762	2006	1.648
2007	1.583	2007	1.597	2007	1.279
2008	1.774	2008	1.467	2008	2.465
2009	1.810	2009	Não compilado	2009	Não compilado
2010	2.000**	2010	Não compilado	2010	Não compilado
Total	12.770	Total	12.203	Total	11.373

*Praticamente zero, pois houve compensações tributárias

** Estimativa feita pela Aesbe, mediante números apresentados no SNIS, referentes aos anos anteriores

Israel quer dobrar a exportação de tecnologia para o saneamento

Copa e Olimpíada são as apostas para ampliar os negócios das 50 empresas que já atuam no Brasil: reutilização de água, tratamento de esgoto e irrigação por gotejamento são algumas das áreas de atenção prioritária

SHUTTERSTOCK



Israel é um dos pioneiros no desenvolvimento de tecnologia para dessalinizar a água do mar

“Se o Brasil é um mercado? O Brasil é o mercado”, diz o presidente-executivo da israelense Treatec21, Joseph Atzmon, após apresentar um contêiner que funciona como uma miniestação de tratamento de esgoto. País desértico, com índices de precipitação nas regiões mais úmidas parecidos com o do semi-árido nordestino, Israel desenvolveu uma série de tecnologias para garantir e otimizar sua oferta de água.

Em seguida, passou a exportar diversas técnicas voltadas para a produção agrícola, com inovações contínuas, como a técnica de irrigação por gotejamento, que permite o uso mais eficiente da água. Agora, o país investe na exportação de tecnologias não só para a agricultura como também de tratamento de água e esgoto, principalmente para países em desenvolvimento.

Segundo o governo de Israel, o volume de exportação em 2011 das empresas do ramo de água do país, cerca de 600, deve ficar em US\$ 2 bilhões, incluindo projetos desenvolvidos diretamente por suas empresas ou em parcerias.

No Brasil, já há cerca de 50 empresas do ramo atuando, mas a expectativa, segundo a Missão Econômica do Consulado de Israel, é dobrar a quantidade de negócios e comércio, em razão da realização dos grandes eventos, em especial Copa do Mundo e da Olimpíada. “Nós vemos um grande potencial no Brasil”, afirma o diretor do Programa Nacional de Energia e Água de Israel, Oded Distel.

A Netafim, pioneira na técnica de irrigação por gotejamento e que já atua no Brasil, anunciou em novembro a abertura de uma fábrica de gotejado-

res e microaspersores em Pernambuco, com investimento de R\$ 10 milhões.

O anúncio ocorre no momento em que o governo brasileiro planeja aumentar a área irrigada no Nordeste. No setor de água e esgoto, a Sabesp trabalha para colocar em prática um acordo de cooperação já existente com a Mekorot, a companhia nacional de águas de Israel. O objetivo é aprimorar as técnicas de reúso de água.

Atualmente, Israel reutiliza mais de 70% de toda a água consumida para a agricultura. No Brasil, o percentual de água reutilizada é pequeno e se concentra na indústria e na lavagem de ruas.

Já na Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento), o seu presidente, Roberto Tavares, espera que os israelenses invistam em dois projetos de saneamento em seu estado, com valor que totalizam cerca de R\$ 6,6 bilhões. Os projetos foram apresentados a executivos de Israel durante uma feira sobre tecnologias de água em Tel Aviv. “É um país pequeno, mas altamente desenvolvido e que precisa dar escala a essa tecnologia”, diz Tavares, que se interessa pelos sistemas de redução de perdas desenvolvidos no país.

Dados do IBGE mostram que um significativo número de cidades brasileiras tem perdas acima do razoável, por causa de vazamentos e “gatos” e que precisam de investimentos e tecnologias para reduzir as perdas de água. *(Com informações da Folha de S. Paulo)*

“Nossa meta é melhorar a qualidade do atendimento”, diz presidente da Caern, Yuri Tasso

Assimp Caern

Melhorar a qualidade do atendimento é a principal meta da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) para o ano de 2012. A informação foi divulgada pelo diretor-presidente da empresa, Yuri Tasso. Ele reuniu todos os gerentes de regionais da Companhia para discutir as metas para o próximo ano e uma das medidas anunciadas é a criação de uma central de atendimento ao consumidor que atenda a todos os municípios abastecidos pela concessionária. Atualmente, a Caern possui diferentes unidades de atendimento ao consumidor, com vários números de telefone. A ideia é criar a central de relacionamento com o cliente, com uma linha que atenda a todo o Estado, possivelmente o 0800 084 0195, que já é utilizada em Natal e Mossoró.

No cargo há menos de um mês, Yuri Tasso lembrou do compromisso da governadora Rosalba Ciarlini de garantir esgotamento sanitário para 80% da população do Estado. “É uma meta ousada, mas que temos plenas condições de atingir”, enfatizou. Ele destacou também que a Caern hoje tem quase R\$ 1 bilhão em obras de saneamento espalhadas por todas as regiões do Estado. “A empresa possui servidores motivados e está avançando no seu planejamento estratégico. Muitos projetos ambientais e ações sociais são desenvolvidos pela Companhia, mas precisamos avançar em outras áreas”, destacou o diretor-presidente. Ele determinou que seja

elaborado um plano de recuperação das redes de água e esgotos e disse que vai fiscalizar diretamente os serviços de pavimentação feito pelas empresas contratadas pela Caern.

Além de reunir os gerentes da Caern, Yuri Tasso também tem feito visitas a outros órgãos que lidam diretamente com a Companhia. Ele já esteve reunido com a diretoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e, na última sexta-feira (18) visitou o diretor geral do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN (Idema), Gustavo Szilagyi. Os dois conversaram sobre os projetos em fase de concessão das licenças ambientais e sobre a necessidade de uma maior interação entre os dois órgãos. “Embora o Idema seja um órgão fiscalizador, ele tem o mesmo objetivo da Caern, que é garantir qualidade de vida para a população”, destacou Tasso.

Atendimento - Embora a meta seja para 2012, a Caern não está esperando chegar o ano que vem para dar início à reformulação da área de atendimento. A empresa realizou o treinamento entre outubro e novembro de 90 chefes de escritórios que atuam junto às populações da capital, Mossoró e Parnamirim. “A primeira coisa que é preciso para receber bem o cliente é ouvir e processar a informação ou demanda recebida de forma profissional, para não deixar o consumidor sem resposta”, observa a administradora da Gerência de Desen-

volvimento Humano da Caern, Samara Mendes. Ela percorreu uma amostra de unidades de atendimento na ponta para elaborar o diagnóstico sobre como se dá o atendimento e só depois ter condições de apontar caminhos. O foco deve ser o da mudança comportamental e na atitude.

O colaborador da Companhia que atende clientes, diretamente, deve conhecer os perfis inerentes a cada consumidor e como reagir às características de cada usuário. “Claro que nem toda resposta pode ser dada de pronto e nem todo caso é simples, mas sempre podem ser transmitidas orientações e ser dado o devido retorno ao cliente”, reforça a administradora.

A Caern dividiu os quase cem chefes em três turmas que receberam orientações de instrutores do Sebrae, e ainda uma cartilha que traz informações sobre atendimento. “Após a conclusão desta primeira etapa, serão inseridas nas aulas do próximo ano, conteúdos sobre aspectos comerciais, direitos do consumidor e regras estabelecidas pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município de Natal (Arsban)”, complementa Samara. Esta nova etapa deve ser iniciada em 2012, período em que os demais chefes de escritórios dos municípios, sobretudo do interior do Estado, restantes também serão treinados durante dois dias na sede da empresa. O objetivo é que os conhecimentos repassados possibilitem a melhoria da qualidade na prestação do serviço aos usuários dos sistemas de água e esgotos.

Sanepar anuncia implantação da rede de Ouvidoria

Assimp Sanepar

A Sanepar está criando a sua rede de Ouvidoria nas cidades-pólo do Paraná, para ampliar o atendimento aos seus clientes de todas as regiões do estado. O anúncio da implantação da rede foi feito no dia 24/11 pelo presidente da empresa, Fernando Ghignone, durante o Encontro de Integração de Ouvidores.

“Queremos fortalecer os mecanismos que nos permitam estar mais próximos da população que utiliza os serviços públicos. Queremos acolher as sugestões e as reivindicações da comunidade de forma ainda mais eficaz”, diz Ghignone.

Atualmente, a estrutura da Ouvidoria da Sanepar funciona em Curitiba. A primeira unidade descentralizada será instalada nas próximas semanas em Londrina. Na sequência, a rede será implantada nas demais cidades-sedes das gerências gerais, que são Ponta Grossa, Maringá e Cascavel. “Essa rede terá condições de atender a todas as 19 regiões, onde vivem mais de 9 milhões de paranaenses”, afirmou o presidente.

O ouvidor geral do Estado, Cid Marcus Vasques, lembrou que a Ouvidoria é um agente independente, com autonomia para agir junto às autoridades de governo, em defesa dos direitos dos cidadãos. “Os serviços públicos prestados à comunidade devem estar apoiados em rígidos princípios éticos. Cabe aos ouvidores assegurar o máximo de inclusão aos paranaenses”. Ele fez uma recomendação aos servidores públicos que atuam nas ouvidorias

ligadas à Ouvidoria Geral do Estado: “Considerem que nenhuma demanda é irrelevante”. E aos gestores públicos lembrou que “o povo tem direito a um governo honesto, inclusive consigo mesmo!”.

O Encontro de Integração de Ouvidores é promovido pela Companhia de Saneamento do Paraná e Ouvidoria Geral do Estado e contou com cerca de 100 pessoas do Tribunal de Contas do Paraná, Copel, das secretarias estaduais e de órgãos como Tecpar, Junta Comercial, Mineropar, Codapar, DER, Emater, Celepar, Compagás, universidades e outras instituições estaduais.

Integração - A área de ouvidoria no Brasil vem sofrendo constantes evoluções. As instituições têm necessidade de ampliar seus canais de comunicação para melhor atender às demandas da sociedade, inclusive de seus empregados. O encontro teve por objetivo promover a integração das diversas ouvidorias estaduais para

compartilhar as experiências e avaliar os procedimentos adotados nas diversas áreas da administração pública. “Pretendemos ampliar o debate para melhor dialogar com a população”, afirma o ouvidor da Sanepar, Rafael Stec Toledo.

Em média, a Ouvidoria da Sanepar atende a 6 mil clientes por ano. Todos os contatos são registrados e compõem o banco de dados. A partir das sugestões, reclamações, denúncias e outras situações, são gerados relatórios para controle de todas as ações. As solicitações são enviadas aos administradores do processo para subsidiar seus atos de gerenciamento.

Criada em 1994, a Ouvidoria da Sanepar é considerada de vanguarda na área e referência nos serviços de ouvidoria, graças aos procedimentos que permitem acompanhar cada caso, desde o primeiro contato do cliente, por telefone, e-mail, fax ou carta, até o envio da resposta, informando as providências adotadas.



SHUTTERSTOCK

Cagece investirá mais de R\$ 700 mi em saneamento até a Copa do Mundo

Do total de R\$ 35,9 bilhões contratados pelo PAC com base em projetos selecionados a partir de 2009 pelo Programa, cerca de R\$ 700 milhões estão sendo aplicados pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) em Fortaleza, uma das cidades-sedes da Copa do Mundo.

Com previsão de conclusão até 2014, cerca de 73% dessas obras estão em andamento, envolvendo R\$ 172 milhões em investimentos em sistemas de abastecimento de cidades com mais de 50 mil habitantes e R\$ 188 milhões em áreas com população inferior a 50 mil moradores. Na área de esgotos, a previsão de investimentos até 2014 é de R\$ 210 milhões em obras em cidades com menos de 50 mil pessoas e R\$ 54 milhões em áreas com população superior a esse contingente.

A Cagece, que vem investindo pesado para estruturar a área de saneamento de Fortaleza, marcou presença no Seminário 2014 – Saneamento na Rede, que aconteceu nos dias 6 e 7, no Centro Empresarial Rio. O Diretor Comercial da Cagece, Antônio Alves Filho, proferiu palestra sobre as ações da empresa na capital e no interior do estado.

Com a oficialização de Fortaleza como cidade-sede da Copa de 2014, a capital cearense atende plenamente às exigências da FIFA com os investimentos em andamento, do ponto de vista do saneamento, e promete deixar um legado importante para a população depois do mundial. Mais da metade da cidade já possui rede coletora de esgoto, com 100% de tratamento da vazão coletada.

Segundo informações divulgadas pela mídia, somente com recursos

próprios a Cagece vai investir, até 2012, mais de R\$ 70 milhões, além dos recursos captados de órgãos financiadores. A Cagece é uma das empresas estaduais que goza de boa saúde financeira, o que lhe permite contrair empréstimos para expandir os serviços de saneamento.

O Seminário “2014 - Saneamento na Rede - A chance de um gol de placa na universalização dos serviços de água e esgoto”, que acontece no Rio de Janeiro, tem como finalidade discutir, entre outros assuntos, as metas e soluções para execução de projetos na área de saneamento até a Copa de 2014. O objetivo é colocar em debate os desafios, necessidades e soluções, por meio da discussão dos projetos e potencialidades de cada cidade e estado eleitos pela Fifa para sediar a Copa e as Olimpíadas. *(Portal InvestNE)*



SHUTTERSTOCK

Saneamento é modelo no Distrito Federal

As ruas sem asfalto e com esgoto a céu aberto eram motivo de vergonha e muito incômodo para a comerciante Maria José Vieira, 45 anos. Moradora da Vila Estrutural, ela conviveu com a falta de infraestrutura até 2009, quando o governo concluiu as obras de saneamento na região. O sistema de coleta de esgoto mudou a vida de dona Maria e dos moradores da cidade. “Antes, as ruas fediam o tempo todo e a gente vivia com medo de pegar doenças”, conta Maria José.

Por conta de obras como as realizadas na Estrutural, o Distrito Federal ostenta o título de unidade da Federação com o menor percentual de domicílios com saneamento inadequado.

Em Brasília, o índice de residências com sistema fora dos padrões foi de apenas 1%. Os dados fazem parte do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na pesquisa anterior, feita em 2000, esse percentual era de 3%, ou seja, houve uma queda de 67,8% no total de casas com esgoto a céu aberto ou despejado em locais impróprios. Em todos os demais estados brasileiros, a quantidade de domicílios sem saneamento adequado caiu. A média nacional de casas sem esgotamento sanitário ou acesso à coleta de lixo é de 8,1%. Há 10 anos, 14% dos domicílios estavam nessas condições.

Dificuldades - A redução foi ainda mais forte em algumas capitais, especialmente do Norte e do Nordeste, onde o número de domicílios com saneamento inadequado era alto. No Maranhão, por exemplo, 41,3% das casas não tinham esgotamento sanitário em 2000. O percentual ainda é muito alto, mas houve uma queda significativa:

hoje, 23% dos domicílios estão em condição sanitária precária. Nesse quesito, Rondônia é o estado em pior situação. Lá, quase um quarto das casas não têm saneamento básico adequado.

Pela metodologia do IBGE, é considerado domicílio com saneamento adequado aquele ligado à rede geral ou à fossa séptica. Também é observado se o local tem água oferecida pelos serviços oficiais de abastecimento e se o lixo

é coletado pelos serviços de limpeza.

Nas casas com sistema inadequado, o lixo é enterrado, queimado ou jogado em terrenos baldios. Nesses casos, o esgoto sanitário é escoado para fossas rudimentares, valas, rios, lagos ou para o mar.

O economista Júlio Miragaya, diretor de Gestão de Informações da Companhia de Planejamento do Distrito Federal, lembra que Brasília é uma área



SHUTTERSTOCK

predominantemente urbana e que o território do DF é muito pequeno. Esses dois fatores, explica, contribuem para que o Distrito Federal seja a unidade da Federação com o menor índice de domicílios com saneamento inadequado. “A maior dificuldade é levar saneamento para áreas não urbanizadas, e a maioria da população do DF está na zona urbana. Por isso, quase todos os domicílios de Brasília têm saneamento”, afirma.

O presidente da Caesb, Célio Biavati, atribui o bom resultado do Distrito Federal aos investimentos realizados na última década. “Em 10 anos, o governo investiu R\$ 1,3 bilhão em infraestrutura de água e esgoto. Nesse período, foram feitas 250 mil ligações novas de água e 150 mil ligações de esgoto”, explica Biavati. Ele conta que os domicílios sem saneamento adequado estão principalmente em áreas rurais ou em novas invasões na zona urbana.

“Existe um decreto que proíbe a Caesb de fazer ligações em ocupações recentes, para coibir as invasões de terra”, justifica o presidente da Caesb. A expansão do sistema de saneamento no DF deixou o brasileiro protegido contra uma série de doenças infectocontagiosas que podem levar à morte. O sanitarista Pedro Tauil, professor da Universidade de Brasília (UnB), avalia: “Os investimentos em saneamento básico, que compreende o abastecimento regular de água, a coleta de lixo, a drenagem pluvial e a coleta de esgoto, melhoram significativamente os níveis de saúde da população e protegem contra várias doenças”.

Pedro Tauil, no entanto, lembra que ainda há muitas pessoas que vivem em áreas de invasão e favelas, onde o saneamento sempre é precário. “Mais de 20% da população brasileira estão nessa situação e sofrem com a falta de coleta de lixo e esgoto. Além disso, não adianta coletar o esgoto se não o tratar adequadamente.”

O número de domicílios com saneamento é de 99%, mas 19% das residências do DF não têm rede de esgoto e usam sistema de fossa séptica ou outros métodos. O censo mostrou que 641 domicílios não possuem nenhum sistema de esgotamento sanitário. Entre os brasilienses, 15% não são atendidos diretamente pelo serviço de limpeza, mas usam caçamba ou outros métodos. O grande desafio do poder público a partir de agora é fechar fossas sépticas construídas em local inadequado, especialmente próximas a poços artesianos.

Os dados divulgados pelo IBGE mostram que a maioria das casas do Distrito Federal está ligada à rede geral de abastecimento de água. Ao todo, 95% dos domicílios são abastecidos pela Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb), e os 5% restantes ainda usam água de poços artesianos ou de nascentes.

Um dos desafios para que todas as casas tenham esgoto sanitário no Brasil é o alto custo das obras. O professor do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília Geraldo Boaventura lembra que essa é uma obra de

difícil execução e com pouca visibilidade política: “Executar essas obras é uma decisão política e demanda muitos recursos, mas a melhoria do saneamento é essencial”.

Água tratada - O governo local capta água de cinco sistemas produtores diferentes, mas o principal deles é a Bacia do Descoberto. Além disso, há 10 estações de tratamento de água e 56 unidades de tratamento para cloração de poços. O DF tem ainda 6.469km de redes de distribuição de água, que atendem a 774 domicílios, e 4.736km de redes coletoras de esgoto, além de 17 estações de tratamento.
(Correio Braziliense)



Casal conquista Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento

Assimp Casal

A Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal) é uma das empresas vencedoras do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS), edição 2011, com a Unidade de Negócio Serrana, que conquistou o Troféu Bronze. Duas outras Unidades - Bacia Leiteira e Benedito Bentes - foram agraciadas, respectivamente, com uma placa de Menção Honrosa e um Diploma "Compromisso com a Excelência".

As Unidades de Negócio Serrana e Bacia Leiteira, bem como o presidente

da empresa premiada (Casal), Álvaro Menezes, terão direito, também, a integrar uma Missão de Estudos ao exterior, que este ano será à Holanda, no período de 9 a 17 de dezembro.

A cerimônia de premiação do PNQS foi realizada no dia 29 de novembro, no Teatro Deodoro, em Maceió. Um dia antes (28) aconteceu o XV Seminário de Benchmark, onde ocorreu a apresentação dos Casos Premiados do PNQS 2011, na sala Hermeto Pascoal, do Hotel Ritz Lagoa da Anta, na capital alagoana.

O PNQS é uma realização da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), que premia, anualmente, as empresas que mais se destacam na gestão do saneamento no país. Em 2010, a Casal foi premiada com duas Unidades de Negócio: Agreste e Leste. A empresa também ganhou dois prêmios nacionais de inovação na gestão do saneamento (IGS), com trabalhos sobre "Programa Estratégico de Gestão (PEG)" e "Auditoria Preventiva Pública: Indicadores do Controle Governamental".



DIVULGAÇÃO/CASAL

Equipe da Casal, reunida, celebra o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento

Depois de 40 anos, tubulação do centro de Boa Vista é substituída

Assimp Caer

DIVULGAÇÃO/CAER

A área mais comercial e histórica da capital de Roraima possuía também a rede de distribuição de água mais antiga, implantada na década de 60. Era, constantemente, a região que mais necessitava de reparos. Depois de quarenta anos, toda a tubulação foi substituída. O trabalho faz parte do projeto de ampliação e modernização do sistema de abastecimento de água de Boa Vista, que vai levar água tratada a 100% das casas.

O centro da cidade é uma área peculiar. Nele estão construções consideradas patrimônios históricos e, portanto, de grande movimentação turística, como, por exemplo, a Orla Taumanã e a Igreja Matriz. Devido à grande movimentação de trânsito e pedestres, o cuidado para a execução da obra foi dobrado.

A última etapa de assentamento da tubulação foi justamente os 33 km do centro de Boa Vista. Toda a execução da obra foi planejada para minimizar ao máximo os transtornos inevitáveis, como bloqueio de ruas e avenidas, além de liberação de vias sem a recomposição asfáltica, mesmo que de forma temporária. E, principalmente, a interrupção no fornecimento de água foi calculada para que lojistas e moradores não passassem mais que três horas desabastecidos. A nova rede já está em pleno funcionamento.

Em abril de 2011, em parceria com a Câmara de Dirigentes Logistas (CDL), a Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer) reuniu projetistas, empresa executora e lojistas



Em algumas áreas históricas da cidade, foi preciso redobrar os cuidados, para não danificar as estruturas do patrimônio local

da área para apresentar a obra, seus benefícios e necessidades. Lá, foram acordados a melhor data, ou seja, de menor movimentação nas vendas, e que nos trechos das avenidas de maior concentração comercial como Jaime Brasil, Sebastião Diniz e Getúlio Vargas os trabalhos seriam executados no turno da noite.

Para isso, a CMT Engenharia, executora da obra, envolveu quatro equipes de vinte pessoas cada e ainda disponibilizou um telefone exclusivamente para atender à população. Os trabalhos eram feitos por trechos de 100 a 200 metros por dia. O objetivo era interromper o trânsito o mínimo possível. A Caer acompanhou todo o processo de planejamento e execução das manobras.

A substituição da rede de fibrocimento por polietileno em toda a cidade faz parte do projeto que ambiciona atender à população da capital até 2027, estimada pelo IBGE em 650 mil habitantes, com água tratada e distribuição uniforme. “Quando iniciamos a execução do projeto, a Caer já abastecia com água tratada 98% de Boa Vista. No entanto, sabíamos que precisávamos nos preparar para uma demanda cada vez mais crescente de clientes”, explicou Sebastião Sena, presidente da Caer.

As obras foram divididas em três etapas e financiadas pelo governo do estado com recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2). Um investimento de R\$ 168 milhões.

Cedae e governo do RJ lançam obras para colocar Ilha de Paquetá no caminho da sustentabilidade

Assimp Cedae

O governo do estado, por meio da Cedae, deu início, na Praia dos Tamoios, em Paquetá, às obras para instalação de um novo sistema de esgotamento sanitário na ilha, que beneficiará cerca de 4,5 mil morado-

res, podendo alcançar 20 mil no período de férias. Com essas obras haverá uma recuperação completa de todo o sistema de esgotamento da Ilha de Paquetá, resultando na balneabilidade das praias e na consequente melhoria das águas da Baía de Guanabara, que ficarão livres do despejo de 100 litros de esgoto por segundo.

“O Projeto Paquetá Sustentável tem condições de atender, inclusive, ao aumento de demanda que ocorre no verão e em datas festivas quando a população da ilha quadruplica. Este é o maior investimento realizado nos últimos 50 anos em Paquetá. São R\$ 20 milhões aplicados especificamente em saneamento básico”, explicou o presidente da Cedae, Wagner Vícter.

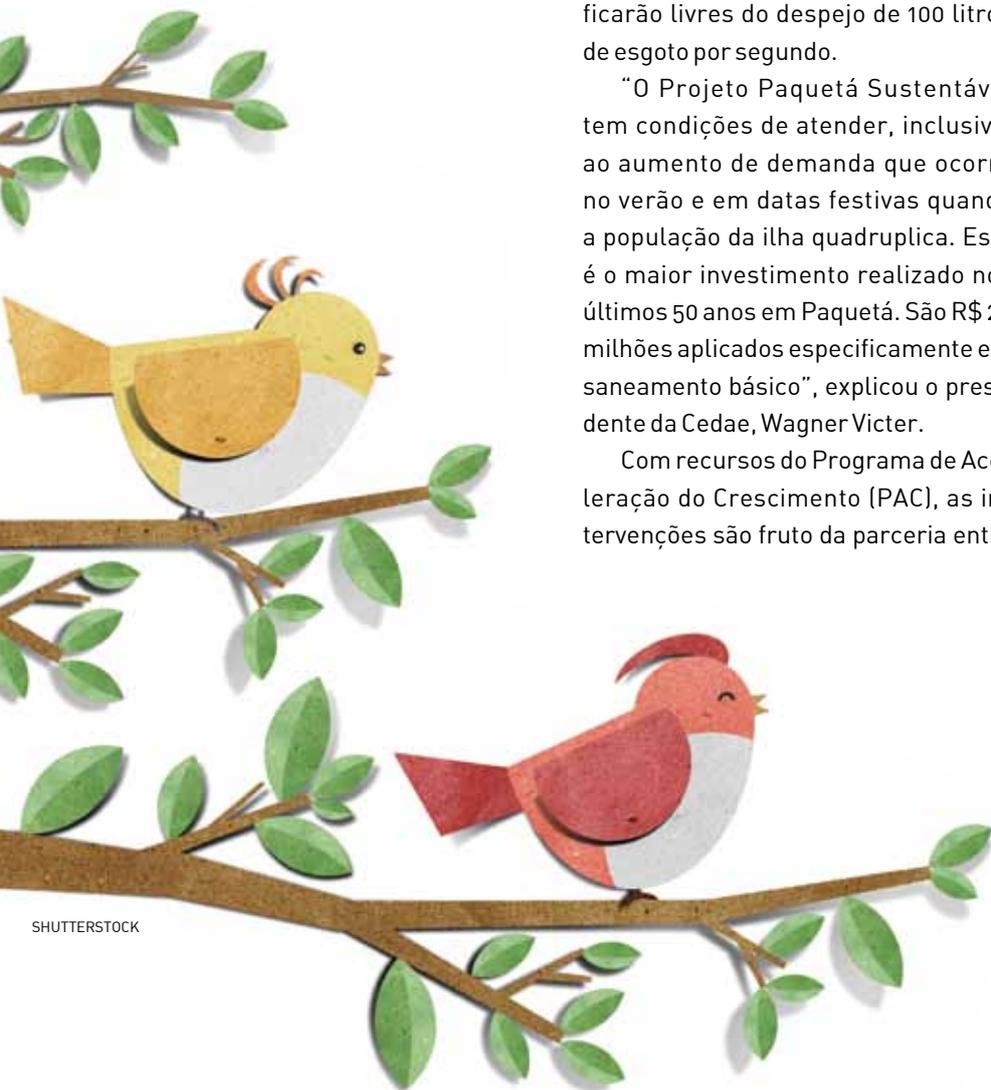
Com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as intervenções são fruto da parceria entre

governo do estado, Cedae e União, por intermédio da Caixa Econômica Federal. O empreendimento atende ainda às aspirações do Movimento Paquetá Sustentável e é mais uma realização que vai ao encontro dos compromissos do estado junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI) para a realização das Olimpíadas de 2016.

O atual sistema que atende à população da Ilha de Paquetá remonta ao final do Século XIX, ainda no período do Brasil Imperial, tendo sido executado pela empresa internacional City, uma concessionária a serviço do imperador Dom Pedro II. Esse modelo arcaico será substituído por uma elevatória com capacidade para bombear até 100 litros de esgoto por segundo.

“De 2007 para cá, inauguramos a Estação de Tratamento de Esgotos de Alegria e Sarapuí e estamos recuperando as Estações da Pavuna e São Gonçalo. Aliados à drenagem do canal do Cunha e ao saneamento de Paquetá, essas obras são um marco para o saneamento da Baía de Guanabara”, afirmou o secretário do Ambiente, Carlos Minc.

A Cedae instalará 9.560 metros de linha de recalque subaquática entre a Ilha de Paquetá e a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) de São Gonçalo, com tubos polietileno de alta densidade e 355 mm de diâmetro. Além disso, serão substituídos e assentados 4,8 mil metros de rede coletora e feitas 480 ligações prediais.



SHUTTERSTOCK



SHUTTERSTOCK

Pernambuco: Compesa quer gerar energia

A Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) quer reduzir o seu segundo maior custo, atrás apenas da folha de pagamento: a conta de energia elétrica. Para isso, está em fase inicial de estudos um projeto para gerar aproximadamente um terço da energia que ela própria consome. O interessante da ideia é que, se o projeto der certo, vai resultar em uma queda na conta de água paga pelo consumidor de até 6%.

O projeto foi revelado pelo governo após uma grande polêmica envolvendo o anúncio da instalação da "maior térmica a motor do mundo", também apelidada de térmica suja, em Pernambuco. O projeto é do Grupo Bertin, orçado em R\$ 2 bilhões e com capacidade de gerar 1.452 megawatts (MW). O estado recebeu muitas críticas por comemorar a instalação da usina, movida a óleo combustível, e bastante poluente.

"Estamos estudando a possibilidade de ter um sócio privado para produzir a energia que a Compesa consome. Será um projeto de geração eólica (energia limpa, da força dos ventos)", diz o secretário de Recursos Hídricos e Energéticos, João Bosco de Almeida, que deixa claro o estágio inicial dos estudos.

Assim, não há ainda orçamento ou local definido para a instalação do projeto, o que depende de estudos para identificar o melhor local com ventos abundantes para girar as turbinas eólicas. "Começamos há poucos dias a avançar com os estudos. Mas já temos indicadores favoráveis. A Compesa consome uma carga média de 60 MW. Avaliamos um projeto de pouco mais de 20 MW", explica João Bosco.

A energia representa aproximadamente 20% dos custos da companhia de águas e esgoto. Segundo Bosco, anualmente a Compesa gasta R\$ 150 milhões com eletricidade.

A questão é que de quatro em quatro anos a estatal passa por uma revisão tarifária. Nesse processo, a Agência Reguladora de Pernambuco (Arpe) avalia o desempenho da Companhia para saber se ela é eficiente no seu trabalho, seus custos e outros fatores e estipula um reajuste diferenciado.

"Se conseguirmos reduzir essa conta de energia para R\$ 100 milhões, a Arpe diz assim: 'esses R\$ 50 milhões vão para o consumidor'", esclarece o secretário.

(Fonte: Blog das PPPs - Giovanni Sandes - 14/11/2011)

O MAIS TRADICIONAL EVENTO
NA ÁREA DE SANEAMENTO!

6ª Conferência de 

Saneamento

+ Seminário
Contabilidade
Regulatória
para o Setor

13,14 e 15 de março de 2012
Hotel Park Plaza - São Paulo

Temas do Evento:

- Os Desafios do Plansab em Relação às Metas de Universalização de Serviço em 2030
- Os Principais Entraves na Implementação do Novo Regime de Registro de Custos, Contabilização e Transição de Ativos e Definição da Base de Cálculo para a Composição do WACC
- Aspectos Jurídicos e Regulatórios na Prestação de Serviços Regionalizados
- Metodologias de Revisão Tarifária e Incorporação da Eficiência na Composição de Tarifas
- Modernização na Gestão e Programas de Controle de Perdas para Redução de Custos Operacionais nas Concessionárias

Informações e inscrições:

11 3017 6888
saneamento@ibcbrasil.com.br
www.informagroup.com.br/saneamento

Informe o código AN_SANEAR
e garanta um **desconto especial!**



Realização:

**International
Business Communications**

Patrocínio:



QUANTUM
Especialistas em Regulação
de Serviços Públicos

Cosanpa faz obras de esgotamento sanitário em Marabá-PA

Assimp Cosanpa

O município de Marabá está localizado no sul do estado do Pará. Além de ser o quarto mais populoso do estado, detém o quarto maior PIB paraense. Tem como referência geográfica o encontro de dois grandes rios da região Norte: o Tocantins e o Itacaiunas, que margeiam a cidade.

Marabá é a sede da Regional Tocantins da Cosanpa (Companhia de Saneamento do Pará). No Núcleo Cidade Nova está em implantação o primeiro sistema de coleta e tratamento de esgoto do interior do estado. Atualmente está em andamento a concretagem de dois módulos de reatores anaeróbicos que fazem parte do complexo da estação. E entre as obras previstas estão:

- + Construção de oito estações elevatórias;
- + Implantação do emissário com 2.535 metros;
- + Rede coletora de esgoto com 87.988 metros;
- + Linha de recalque com 4.717 metros;
- + Implantação de 13.954 metros de ligações intradomiciliares.

Com essas obras, o governo do estado e a Cosanpa beneficiarão 60,7 habitantes, o que corresponde a um índice de cobertura de esgoto de 33% em Marabá. Essa obra faz parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) cujo valor corresponde

a aproximadamente R\$ 86,8 milhões, sendo R\$ 8,69 milhões de recursos próprios e R\$ 78,20 milhões de empréstimos contratados pelo governo do estado junto à Caixa.

A conclusão das obras está prevista para dezembro de 2012.



Adutora do São Francisco: 90% da tubulação já foram assentados

Assimp Embasa

Uma das maiores e mais importantes obras de abastecimento de água em execução pela Embasa na Bahia, a construção da Adutora do São Francisco, segue em ritmo acelerado. Dos 61 quilômetros de tubulação previstos para serem implantados na primeira etapa da adutora, 55 km (90% da obra) já foram assentados, entre os municípios de Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique, de onde a empresa vai captar água do rio São Francisco para abastecer a microrregião de Irecê. Pela rotina intensa, a obra avançou uma média de 150 metros de tubulação por dia, nos últimos dois meses. A previsão é de que a obra seja concluída em junho do ano que vem.

De acordo com Jairo Rodrigues, engenheiro fiscal da Embasa na obra, um total de 200 pessoas estão atuando no empreendimento. “No momento, são seis frentes de serviço, atuando na captação, assentamento de tubulação, estações elevatórias, estação de tratamento e rede distribuidora”, enumerou. “Conseguimos acelerar a construção nos dois últimos meses devido à finalização dos trechos em rocha, que demandavam detonação, um processo mais lento para abrir valas. Agora, a obra segue em seu ritmo normal de execução”, finalizou o engenheiro.

A obra compreende o assentamento da adutora; a captação, na localidade de Nova Iguira, em Xique-xique; a implantação de cinco estações elevatórias (conjuntos de motor-bomba); e, em Itaguaçu da Bahia, uma Estação de Tratamento de Água (ETA), um

reservatório com capacidade para armazenar 200 metros cúbicos de água tratada, além da rede de distribuição com 14 mil metros. Serão implantadas 689 novas ligações de água em Itaguaçu. A Embasa já concluiu 120 ramais nas residências da cidade.

Para a captação, localizada em um dos braços do rio São Francisco, a empresa já começou os trabalhos de construção da estrada de acesso. Além disso, as obras das cinco estações elevatórias já estão sendo executadas.

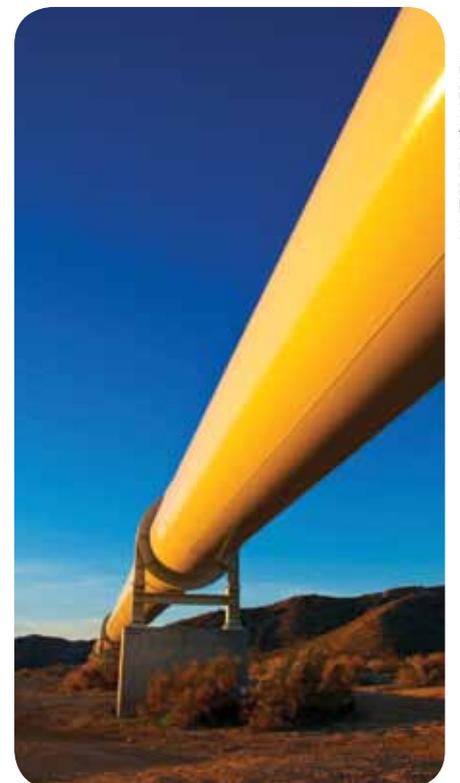
Após captada em Nova Iguira, a água será tratada na ETA em Itaguaçu, que terá capacidade de processar 250 litros por segundo. A estação, com obras também em execução, vai contar com uma casa de química, casa de cloração, sistema de drenagem, laboratório, centro de controle, além de um sistema para processamento dos resíduos gerados nas etapas de tratamento da água.

Dentro do projeto de construção da Adutora do São Francisco, a Embasa também está desenvolvendo um trabalho técnico de ações socioambientais, que compreende mapeamento socioambiental, educação ambiental, além de mobilização comunitária com a população atendida.

A obra – implantação da Adutora do São Francisco será realizada em três etapas: a primeira, em execução, deve ser concluída até junho de 2012. Para a segunda etapa da obra, a Embasa firmou contrato de financiamento com o BNDES, no valor de R\$ 31,57 milhões.

O projeto desta fase já está pronto e compreende o trecho de adutora entre a ETA e a cidade de Central, a 37 quilômetros de Irecê. A terceira etapa da obra prevê a implantação da adutora de água tratada entre Central e Irecê, e a interligação da tubulação ao Sistema Integrado de Abastecimento de Água – SIAA Irecê.

Da captação no Velho Chico até Irecê, a água para ser distribuída à população da região vai percorrer 122 quilômetros. A Adutora do São Francisco é a alternativa encontrada para o atendimento à região de Irecê, que vem sofrendo com a diminuição continuada dos níveis do lago da Barragem de Mirorós, que abastece a área desde 1994.



SHUTTERSTOCK/ILUSTRATIVA

Secretaria da Cultura e Sabesp anunciam vencedores do Programa de Fomento ao Cinema Paulista

Assimp Sabesp

A Secretaria de Estado da Cultura anunciou no dia 29/11 os 19 projetos de filmes em longa-metragem escolhidos para receber verbas do Programa de Fomento ao Cinema Paulista 2011. Treze projetos receberão entre R\$ 137 mil e R\$ 600 mil para viabilizar a fase de produção e seis, cuja filmagem já está concluída, receberão de R\$ 150 mil a R\$ 300 mil para a finalização. São R\$ 8 milhões no total, em recursos de incentivo fiscal disponibilizados pela Sabesp por meio das leis federais do Audiovisual e Rouanet. Cabe à Secretaria de Estado da Cultura a coordenação do processo seletivo dos proponentes.

Além das contrapartidas convencionais, a Sabesp inova e estabelece que cada produção premiada disponibilize uma cópia em DVD do longa-metragem adaptada para pessoas com deficiência visual e auditiva. Esse filme será exibido no Cine Sabesp, na capital, ou em eventos culturais que tenham a participação da companhia de saneamento.

“Isso vai reforçar o nosso compromisso de formação de plateias no Cine Sabesp, possibilitando a experiência do cinema para todos os públicos”, afirma Rodrigo Mathias, analista de Gestão de Patrocínios da Sabesp e integrante da comissão de seleção do Programa de Fomento.

A Sabesp é a empresa paulista que mais investe em cinema no estado

de São Paulo e uma das três maiores incentivadoras no país. Em São Paulo, esse investimento ganhou mais força a partir de 2004, ano em que a companhia iniciou sua participação no Programa de Fomento ao Cinema: ao todo, a empresa já contabiliza R\$ 48 milhões em investimentos no setor, com patrocínio a 127 filmes, dentro desse projeto.

“O Programa de Fomento ao Cinema Paulista é um dos muitos mecanismos de incentivo à cultura coordenados ou mantidos pelo governo de São Paulo. No total, investimos R\$ 127 milhões só este ano na produção artística independente, entre recursos orçamentários e de renúncia fiscal”, afirma o Secretário de Estado da Cultura, Andrea Matarazzo.

Premiados - Os contemplados em 2011 no Programa de Fomento ao Cinema Paulista foram selecionados por uma comissão julgadora com dez integrantes, sendo oito especialistas em cinema (diretores, curadores, produtores, professores universitários) e dois gestores da Secretaria. Os critérios para escolha dos vencedores incluem interesse cultural e artístico do projeto, adequação do orçamento aos objetivos propostos, qualificação da empresa proponente, do diretor do projeto e dos demais profissionais envolvidos.

No total, 107 projetos foram inscritos este ano. Além dos vence-

dores, foram definidos também 13 projetos suplentes para a modalidade produção e quatro para finalização. Os suplentes serão contemplados, em ordem de classificação, caso algum dos projetos vencedores não possa, por qualquer motivo, receber os recursos disponibilizados.

A lista completa, assim como as demais informações sobre o programa, está no site da Secretaria da Cultura: www.cultura.sp.gov.br.

Saiba mais - O Programa de Fomento ao Cinema Paulista foi criado para possibilitar o patrocínio de empresas estatais paulistas, via incentivo fiscal, a produções artísticas inscritas nas leis Rouanet e do Audiovisual. A organização do Programa cabe à Secretaria de Estado da Cultura, que faz a seleção dos projetos de acordo com critérios estabelecidos em Lei e valores disponíveis para aplicação.

Entre os filmes já apoiados pelo programa há vários sucessos de público e crítica como *O Cheiro do Ralo* (Heitor Dhalia); *Antônia* (Tata Amaral); *Reflexões de um Liquidificador* (André Klotzel); *A Casa de Alice* (Chico Teixeira); *Um Homem de Moral* (Ricardo Oliveira); *É Proibido Fumar* (Anna Muylaert); e *As Melhores Coisas do Mundo*.





SHUTTERSTOCK

Programa de Fomento ao Cinema Paulista – Vencedores 2011

Modalidade: Produção

Proponente	Projeto	Diretor	Valor
África Filmes Ltda.	Que Horas Ela Volta?	Anna Muylaert	R\$ 600.000,00
Olhos de Cão Produções Cinematográficas Ltda.	Riocorrente	Paulo Sacramento	R\$ 137.000,00
O2 Cinema	São Chico	Paulo Morelli	R\$ 600.000,00
Taus Produções Audiovisuais Ltda.	Estranhas Cotoveladas	Reinaldo Volpato	R\$ 463.000,00
Olhar Imaginário Ltda.	Cosme, Entre o Mar e a Selva	Aurélio Michiles	R\$ 400.000,00
Girafa Filmes Ltda.	Os Amigos	Lina Chmamie	R\$ 600.000,00
44 Bico Largo Comercial Ltda.	Osmar, a Primeira Fatia do Pão de Forma – O Filme	Paulo de Tarso Disca	R\$ 600.000,00
Paleoteve Produção Cultural Ltda.	O Periscópio	Kiko Goifman	R\$ 600.000,00
Lacuna Filmes Ltda.	Todas as Coisas Mais Simples	Daniel Ribeiro	R\$ 600.000,00
Coração da Selva Transmídia Ltda.	Sampa	Carlos Alberto Riccelli	R\$ 600.000,00
Bossa Nova Films Criações e Produções Ltda.	O Circo de Santo Amaro	Chico Teixeira	R\$ 600.000,00
Alexandre da S. Carvalho Audivisual M.E.	Do Lado de Fora	Alexandre Carvalho	R\$ 600.000,00
Guariba Filmes LTDA.	Metrópolis – Desafios para o Desenvolvimento Sustentável	Chico Guariba	R\$ 400.000,00

Modalidade: Finalização

Proponente	Projeto	Diretor	Valor
Bossa Nova Films	Tropicália	Marcelo Machado	R\$ 150.000,00
Kinoscópio Cinematográfica	Em Busca de Iara	Flávio Frederico	R\$ 150.000,00
Amilcar M Claro Produções Ltda.	Tríade, Galeria de Espelhos	Amilcar M. Claro	R\$ 300.000,00
Sala 12 Produções Artísticas Ltda.	São Paulo na Lata	Marcelo Mesquita	R\$ 150.000,00
Daniel Solá Santiago Prod. Ltda. ME	Coração do Brasil	Daniel Santiago	R\$ 150.000,00
O2 Cinema	A Cadeira do Pai	Luciano Moura	R\$ 300.000,00

Governo e Sanesul entregam R\$ 70,8 milhões em obras para Corumbá

Assimp Sanesul

O governador André Puccinelli e o presidente da Sanesul, José Carlos Barbosa, entregaram mais de R\$ 70,8 milhões em obras concluídas para Corumbá, no dia 25/11. Ao todo, os investimentos do governo do estado, da Sanesul e do governo federal em Corumbá, no setor de saneamento, somam R\$ 124 milhões, incluindo o PAC 2.

Dentre as obras entregues estão mais de 8 mil ligações à rede de esgoto, uma estação de tratamento de esgoto, 165 quilômetros de rede e 7 estações elevatórias de esgoto. Entre as obras entregues está a Estação de Tratamento de Esgoto Olaria, com capacidade para tratar 80 litros por segundo. Durante a entrega, o presidente da Sanesul, José Carlos Barbosa,

explicou a importância das obras para o desenvolvimento de Corumbá. “A população é a principal beneficiada, pois independente de interesses partidários conseguimos unir a bancada federal, o governo e a Sanesul para garantir que essas obras aconteçam.

O governador André Puccinelli ressaltou a melhora nos índices de saneamento em Corumbá, explicando que a coleta e o tratamento de esgoto vão sair de 0% para 80% até o final das obras em 2014. “Nós pedimos ao governo federal que o PAC fosse todo direcionado para saneamento, pois entendíamos que Corumbá precisava ter o meio ambiente preservado. Garantimos todas as contrapartidas necessárias e a equipe da Sanesul fez os projetos”, explicou governador.

Visita Técnica - Na visita técnica, o presidente da Sanesul, mostrou ao governador André Puccinelli, aos vereadores e demais lideranças do município o bom andamento das obras de saneamento. “Estamos com o PAC 1 quase todo concluído e com as obras de água, feitas com recursos próprios, cerca de 60% prontas”, explicou.

A visita técnica começou pela obra de Duplicação da Adutora de Água, que capta a água do Rio Paraguai para tratamento e distribuição na cidade. Em seguida, foi a vez da ampliação da Estação de Tratamento de Água, que está com a sua capacidade sendo dobrada. Essas obras fazem parte de um pacote de R\$ 20,3 milhões de recursos próprios que estão sendo usados para solucionar o problema de falta de água na parte alta da cidade.

“Já de imediato a população vai sentir a melhoria no abastecimento com o que está ficando pronto. Em 2012, com as obras concluídas, o problema atual de falta de água estará solucionado. Com os recursos do PAC 2, cerca de R\$ 34,6 milhões, até 2014 esse problema estará solucionado em definitivo”, explica Barbosa.

Depois das obras no sistema de Abastecimento de Água, a visita prosseguiu nas casas da Agehab, onde também há investimentos da Sanesul de cerca de R\$ 5 milhões na implantação das redes de água e esgoto. A visita seguinte foi na Estação de Tratamento de Esgoto Maria Leite, que juntamente com a ETE Olaria, terá capacidade para atender



DIVULGAÇÃO/SANESUL

A Sanesul se faz presente na rotina dos moradores de Corumbá por meio da prestação eficiente de serviços e, ainda, por suas unidades espalhadas pela região

toda a cidade de Corumbá. A visita do governador a cidade terminou com a inauguração da ETE Olaria.

Leia abaixo o roteiro da visita e o resumo das obras

1ª Visita Técnica às obras de Corumbá

A Sanesul está concluindo obras importantes em Corumbá, melhorando a qualidade de vida de todos. Conheça parte dos investimentos realizados e os benefícios do saneamento básico para a vida de todos e para a preservação do meio ambiente.

1ª parada: Duplicação da Adutora de Água Bruta

A Adutora é a tubulação que transporta a água do rio Paraguai para o tratamento e posterior distribuição. A duplicação garante aumento de 700 mil litros por hora na captação. Cada tubo implantado pela Sanesul custa R\$ 17 mil e é feito de ferro fundido, material especial para suportar a pressão. Investimento: R\$ 20,3 milhões de recursos próprios.

2ª parada: Ampliação da Estação de Tratamento de Água

A água captada pela adutora precisa ser tratada antes de ser distribuída à população. Faz parte da obra que vai solucionar o problema de falta de água na parte alta de Corumbá e vai aumentar a capacidade de tratamento de água na cidade em 50%. Investimento: Está incluso nos R\$ 20,3 milhões.

3ª Parada: ETE Maria Leite

A Estação de Tratamento de Esgoto Maria Leite está concluída e para entrar em operação falta a conclusão do emissário final – tubulação que leva o efluente resultante do tratamento de

esgoto para o rio. Juntamente com a ETE Olaria, garante que todo o esgoto coletado na cidade seja tratado, protegendo o meio ambiente. Investimento: R\$ 4,6 milhões.

4ª Parada: Visita às casas da Agehab

Obra de construção de 1200 unidades habitacionais na Zona Norte da cidade, no Bairro Maria Leite, Residenciais: Ipê Amarelo, Dourado, Guató, Garça Branca e Tuiuiú.

A Sanesul é parceira da Agehab na construção das casas e está investindo cerca de **R\$ 4,6 milhões** na implantação de redes de água e de esgoto.

5ª Parada – ETE Olaria (inauguração e entrega de obras)

A Olaria é a primeira Estação de Tratamento de Esgoto inaugurada em Corumbá e a primeira do Pantanal. Sua importância é fundamental para a proteção da saúde das pessoas e do meio ambiente, pois evita a proliferação de doenças e a contaminação do solo na medida em que as residências se conectam a rede e deixam de jogar esgoto sem tratamento na natureza. Investimento: R\$ 6,3 milhões

Total de investimentos no município

Recursos investidos de 2007 a 2010 - R\$ 89,7 milhões

Sanesul e Governo do Estado - R\$ 42,4 milhões

União – PAC - R\$ 47,3 milhões

PAC 2 – a partir de 2012 – R\$ 34,6 milhões

Total PAC 1 e 2/Sanesul/Governo do Estado: R\$ 124 milhões

METOLICA

Antes de Construir, clique aqui!

"A estrutura metálica é ecologicamente correta, colaborando na preservação da água e do meio ambiente."

www.metalica.com.br

O maior site de informação e negócios da Construção Civil no Brasil. Acesse!



Obras de Infraestrutura
Construção Sustentável
Produtos e Fornecedores
Consultas e Cotações
Artigos Técnicos
Tabelas e Normas
Indicadores de Preço
Notícias do setor

Projeto: Saneamento de Corumbá, Pantanal



Rodrigo Pereira de Mello

Mestre em Direito Constitucional (USP), Doutorando em Direito Constitucional (Salamanca, Espanha), Ex-Procurador da Fazenda Nacional, Ex-Procurador-Geral da Agência Nacional de Águas, Ex-Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal, Professor e Consultor Jurídico em Direito Constitucional, Administrativo e Tributário em Brasília.

Saneamento e Regionalização

A questão da regionalização, no plano jurídico-institucional (“regionalização de direito”) ou no âmbito da organização prestativa (“regionalização de fato”, ainda que normativamente regrada), é matéria central na temática dos serviços públicos de saneamento básico, aqui destacadamente considerados os serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário conforme qualificados na Lei nº 11.445/2007.

No plano jurídico-institucional, a regionalização é apresentada como um dos modelos alternativos na controvérsia – *infelizmente ainda não definitivamente equacionada!* – em torno da titularidade dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, mormente a partir da franquia constitucionalmente atribuída aos Estados-membros pelo art. 25, § 3º, da vigente Constituição Federal, mas também com fundamento na implementação dos instrumentos de agregação dispostos no art. 241 da nossa Lei Maior (na redação decorrente da Emenda Constitucional nº 19/1998).

Já no âmbito da organização prestativa, e naquilo em que essa temática possa – ao menos para fins dessa análise didática – ser considerada autonomamente àquela outra antes referida, a questão regional nos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário se apresenta sob diversas formas consagradas, tanto especificamente na Lei nº 11.445/2007 quanto na precedente Lei nº 11.107/2005.

Voltando ao tema jurídico-institucional, cabe inicialmente referenciar que na tradição internacional a regionalização é, por um lado e nos estados

nacionais estruturados no modelo federal (originado no modelo clássico norte-americano), incompatível com a autonomia das unidades federadas e limitada a ações administrativas do governo central – nas matérias que lhe sejam constitucionalmente próprias – ou de caráter voluntário e auto-organizativo das demais unidades federadas. Por outro lado, a regionalização é um fenômeno corrente na tradição dos estados nacionais estruturados no modelo unitário (clássico do padrão europeu), porém exclusivamente como um mecanismo de descentralização administrativa. Eis a tradição.

Contudo, e conforme vem sendo observado por observadores político-jurídicos nacionais e estrangeiros, em ambas as situações acima referidas vem havendo – progressivamente e na maior parte das situações – uma aproximação entre os modelos federais e unitários: (a) nos primeiros, “federais”, a regionalização vem expandindo seus horizontes – destacadamente em nome de um “federalismo cooperativo” e mormente em situações de constatada assimetria material entre as unidades federadas –, passando a compor modelo institucionalmente disciplinado (no plano constitucional e na legislação ordinária) e estável, percebido como necessário à integração de planejamento, legislação, programação financeira e execução de funções públicas de interesse comum atribuídas à competência horizontal (ou “comum”) de diversas unidades federadas; (b) nos segundos, “unitários”, a regionalização progressivamente vem migrando para uma efetiva (maior ou menor) autonomia política – e não mais apenas administrativa – dos entes regionais.

No histórico da tradição constitucionalista nacional, e fixando aqui um corte exclusivamente no período republicano (ainda que desde logo anotando a completa ausência ao tema, desde qualquer ponto de vista, na Constituição de 1891), temos que a questão da regionalização encontra manifestações pontuais, entre outras: (a) na percepção sobre as distintas realidades econômicas nacionais, indicadas por sua configuração regional¹; (b) na organização inicialmente elaborada ao funcionamento dos órgãos da Justiça Eleitoral e, a partir da CF-1946, também da Justiça do Trabalho²; (c) na concepção (indireta) de que a estrutura operativa militar dever-se-ia estar organizada, *ultima ratio*, em âmbito regional³; (d) no tratamento diferenciado da questão amazônica desde a sua perspectiva regional⁴; e (e) mais recentemente, a partir da Constituição de 1967 com a redação que lhe conferiu a Emenda Constitucional nº 1/1969 e os Atos Institucionais e as Emendas Constitucionais daí subsequentes (até antes do advento da Constituição de 1988), no tratamento, pela União, de políticas públicas cuja implementação exija planejamento, legislação, programação financeira e execução atribuídas

à competência horizontal (“comum”) de diversas unidades federadas⁵.

A Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 contemplou diversas referências ao tema regional, mas essencialmente todas elas se remetem às mesmas temáticas referidas no parágrafo anterior (ou seja, mantença do padrão histórico). Entretanto, é entendimento pacificamente assentado entre os estudiosos jurídicos pátrios – além de ser diretamente apreensível a partir do expressamente disposto nos arts. 1º, *caput*, e 18, *caput*, da mesma Carta de 1988 e, subsequentemente, também do disposto no art. 41 do vigente Código Civil brasileiro (Lei nº 10.406/2002) – que em nenhuma dessas situações, nem mesmo naquelas que transparecem a ideia de organização/institucionalização, nosso Pacto Fundamental contemplou a “região” como unidade federada equiparável ou assemelhável às demais (União, Estados-membros, Municípios e Distrito Federal), ou seja, não lhe reconheceu autonomia político-administrativa. Assim, a CF-88 deu à matéria, em essência, a mesma feição acima descrita para a evolução geralmente observada, no plano internacional, nos estados nacionais federais, ou seja, um

modelo institucionalmente regrado e (pretensamente) estável, percebido como necessário à integração de planejamento, legislação, programação financeira e execução de funções públicas de interesse comum, atribuídas à competência horizontal (comum) de diversas unidades federadas.

Destacadamente, cabe aqui referenciar na temática dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário as disposições sobre regionalização contidas no art. 25, § 3º (“regiões metropolitanas”), e 43 (regiões administrativas federais, para atuação diferenciada “em um mesmo complexo geoeconômico e social” visando ao desenvolvimento e redução de desigualdades regionais).

Nesse contexto, e ainda no âmbito da antes denominada “regionalização de direito”, temos, como sabido, na figura da “região metropolitana” o mais importante instituto do plano jurídico-institucional da regionalização no vigente sistema constitucional brasileiro – e, por igual, o mais importante instituto afeto à regionalização dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário⁶. Porém, em um verdadeiro

1 Neste sentido: CF-1934, arts. 115, parágrafo único, e 121, § 1º, alínea “b”; CF-1937, art. 137; CF-1946, art. 157, inciso I; CF-1967/EC-1/1969, arts. 63 e 165, inciso I.

2 Neste sentido: CF-1934, arts. 82 e 83; CF-1946, arts. 105 e 122; CF-1967/EC-1/1969, arts. 141, inciso II, e 142, inciso II.

3 Neste sentido, a referência a “Regiões Militares”: CF-1946, art. 139, inciso II, alínea “c”.

4 Neste sentido: CF-1946, art. 199.

5 Neste sentido: arts. 8º, inciso XIV, e 43, inciso IV.

6 Registre-se, na linha do reporte histórico já anteriormente referido, que disposições similares à atual disciplina constitucional sobre as “regiões metropolitanas” já constaram (a) no art. 29 da Constituição de 1937 (“Art 29. Os Municípios da mesma região podem agrupar-se para a instalação, exploração e administração de serviços públicos comuns. O agrupamento, assim constituído, será dotado de personalidade jurídica limitada a seus fins. Parágrafo único. Caberá aos Estados regular as

condições em que tais agrupamentos poderão constituir-se, bem como a forma, de sua administração.”) e (b) art. 164 da Constituição de 1967, com a redação que lhe conferiu a Emenda Constitucional nº 1/1969 (“Art. 164. A União, mediante lei complementar, poderá para a realização de serviços comuns, estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, façam parte da mesma comunidade sócioeconômica.”).

dilema paradigmático, em torno desta mesma figura, e como por igual consabido, reúnem-se as principais indefinições deste mesmo plano jurídico-institucional da regionalização, conforme se pode aferir, entre todas as demais referências, nas controvérsias suscitadas no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal das conhecidas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 1.842 e 2.077 – *inacreditavelmente ainda não definitivamente apreciadas pela nossa Corte Suprema!*

Sem prejuízo das anotações críticas antes referidas, acredito ser possível estabelecer algumas pré-condições geralmente aceitas como necessárias à modulagem de uma “região metropolitana”:

(a) a primeira, e conforme já referi em artigo precedentemente veiculado nesta mesma Revista SANEAR (número 8, novembro/2009, p. 31), que haja efetivas “funções públicas de interesse comum”, ou seja, atividades públicas, que sejam ou não serviços públicos *stricto sensu*, cujo interesse direto na organização ou na prestação se projete (por razões jurídicas pré-existentes ou por razões fáticas ou de limitação técnica objetivas e presentes) além das fronteiras e do correspondente âmbito de competência do município, afetando municípios lindeiros ou aglomerados de um mesmo estado-membro: dada esta premissa, (a.1) o subsequente juízo de conveniência e oportunidade incumbe exclusivamente aos estados-membros (neste sentido, a decisão do STF na ADI nº 1.841), e uma vez exercido, mediante lei complementar estadual, importa na configuração de “condomínio compulsório” entre os Municípios abrangidos (neste sentido, a linha geral dos votos já proferidos na apreciação pelo STF nas ADIs nºs

1.842 e 2.077) – inclusive com a necessária e inescapável consequência de subordinar o exercício da competência legislativa e executiva municipal às decisões de organização, planejamento e execução adotadas no âmbito metropolitano pela instância própria –, porém (a.2) precisamente para que não se institua regime incondicionalmente subordinante dos interesses e pretensões municipais deve a estrutura institucionalizante da região metropolitana necessariamente contar com a totalidade dos municípios referenciados na sua instância deliberativa máxima (sob a forma de “todos iguais entre si” ou mediante algum sistema de proporcionalidade objetiva previamente definida na legislação estadual instituidora), ainda que aquela mesma instância possa por igual (e mesmo deva!) contar com a presença do respectivo estado-membro, mas de forma alguma em posição proporcional ou absoluta superior àquela do conjunto das municipalidades;

(b) a segunda, por mim também já anteriormente referida nesta Revista, que aquela configuração institucional deve ser subsidiária à atuação direta municipal (isolada ou autoarticulada com outros municípios, por exemplo na forma do art. 241 da CF-88), porque a instituição de “região metropolitana” não é ontologicamente necessária à organização e à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, mas, sim, à realização daquele *plus* referido no § 3º do art. 25 da Constituição: ou seja, deve haver uma real necessidade prévia e subjacente à iniciativa legislativa estadual, que (b.1) não se pode fundamentar a partir de qualquer pretensão originariamente própria ao estado-membro, ainda que por razões

de facilitação de sua atuação administrativa ou de índole econômica (própria ou de entidade *lato sensu* de seu complexo governamental), (b.2) não se fará legítima quando o serviço público já estiver sendo organizado, planejado e executado – sob qualquer das formas constitucional e legalmente admissíveis – nos municípios correspondentes e (b.3) tem de se legitimar, quando menos, na realização dos princípios constitucionais da eficiência e do serviço público adequado – arts. 37, *caput*, e 175, parágrafo único, inciso IV, da vigente Lei Maior.

Por fim, adentrando especificamente no plano da “regionalização de fato” dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, no contexto do saneamento básico conforme qualificado na Lei nº 11.445/2007, temos, no contexto específico desta análise didática conforme já anteriormente referido – ou seja, naquilo em que esta temática possa ser considerada autonomamente àquela outra antes referida da “regionalização de direito” –, as hipóteses operativas surgidas, mormente, a partir do regrado pelas Leis nºs 11.107/2005 e 11.445/2007.

E aqui verificamos a profunda relevância deferida pela Lei de Diretrizes Nacionais em Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) ao tema da “regionalização”, mormente no que se refere à “gestão associada” e/ou à “prestação regionalizada” dos correspondentes serviços públicos, mediante, respectivamente, (a) a associação voluntária de unidades federadas para uma atuação regionalmente articulada em torno do planejamento, regulação, execução (prestação) e fiscalização daqueles mesmos serviços (“gestão associada”), ou (b) a identificação de que, de fato, por força de um mesmo ou

de múltiplos convênios e/ou contratos, um único prestador de serviços assim atua em atendimento a duas ou mais unidades federadas titulares daqueles mesmos serviços públicos. Cabe não desconsiderar que a “gestão associada” importa, necessariamente, em uma “prestação regionalizada”, ainda que o inverso não seja necessário.

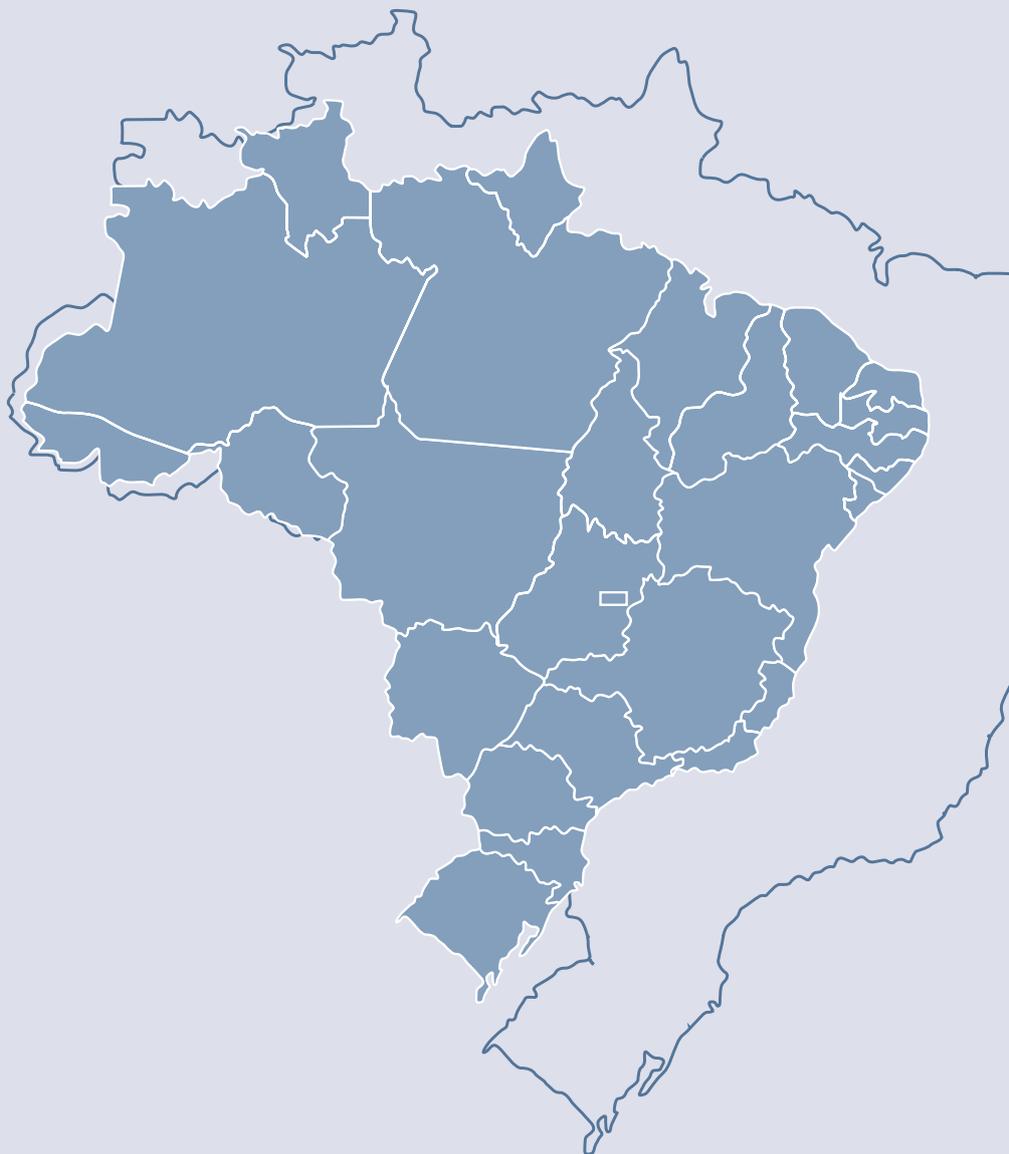
Nesse sentido vale destacar na Lei nº 11.445/2007 os seguintes dispositivos de singular relevância para a temática da “regionalização”: (a) os arts. 3º, incisos II e VI, e 14: definição legal e parâmetros gerais (sem prejuízo dos elementos decorrentes da concomitante aplicabilidade, aqui, da Lei nº 11.107/2005); (b) os arts. 11, § 4º, e 17, 19, § 7º, 24 e 31, inciso III: observância, pelo titular dos serviços, da regionalização e suas consequências na formulação dos planos de saneamento e das normas de regulação, ressalvada, porém, na forma do art. 18, a contabilização segregada em cada município relativamente aos custos e receitas de cada serviço; (c) o art. 15: regulação e fiscalização na prestação regionalizada; e (d) o art. 16: execução/prestação.

Há, sim, nesta legislação e neste tema, a nosso juízo, uma lacuna relevante, ou no mínimo um tratamento não integral e sistematicamente adequado, no que diz à complexa questão da disciplina legislativa necessária à atuação administrativa – inclusive em matéria financeira – dos Poderes Públicos das unidades federadas (destacadamente por força do “princípio da legalidade”, na forma do *caput* do art. 37 da Constituição de 1988) nas situações de “gestão associada”: quem legisla para o conjunto da “gestão associada”?; ou todos legislam, e daí toda a realização de atividades administrativas que dependa,

direta o indiretamente, da edição de legislação fica na permanente pendência da atuação parlamentar plúrima e idêntica de todas as unidades federadas envolvidas? Essa questão, porém, também está presente nas controvérsias em torno da organização institucional das “regiões metropolitanas”, e segue sendo um dos principais impasses tanto teórico-jurídicos quanto pragmático-políticos desta seara.

Verifica-se, pois, que conquanto (propositalmente, como se sabe) omissa na definição ou referência específica à questão da titularidade dos

serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, a Lei nº 11.445/2007 foi adequadamente minudente na disciplina do tema da “regionalização” naqueles mesmos serviços públicos (sob as formas, autônomas ou concomitantes, de “gestão associada” e/ou “prestação regionalizada”), revelando, ademais, inequívoca indicação de propensão à adoção de soluções dessa natureza como viés central de equacionamento das questões tanto institucionais quanto pragmáticas referidas ao desenvolvimento do saneamento básico no país.



Caern vai concluir sistema de esgotos em Jardim de Piranhas, no Seridó

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) está realizando os preparativos para concluir a implantação do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Jardim de Piranhas, na região do Seridó, divisa com o estado da Paraíba. A Companhia está investindo R\$ 337 mil na aquisição de material para concluir as ligações prediais ao sistema coletor e, ainda, na execução de serviços de adequação da estação elevatória central e estação de tratamento de esgo-

tos. Após o processo licitatório, a empresa terá um prazo de 90 dias para concluir o benefício, a partir da ordem inicial de serviço, a ser expedida pela Caern. O trabalho vai beneficiar 172 famílias que terão seus esgotos interligados ao sistema coletor, totalizando mais de 800 pessoas atendidas, além de realizar adaptações na estação elevatória, para evitar entrada de água na tubulação, por ocasião das possíveis enchentes do rio Piranhas.

Plano do governo para erradicar a pobreza extrema esbarra na burocracia

A Presidência da República determinou a abertura de créditos especiais no valor de R\$ 205,6 milhões para serem gastos neste ano com cinco programas do Plano Brasil Sem Miséria, mas somente pouco mais de R\$ 1 milhão - 0,5% do total - foram efetivamente liberados para uma única ação governamental. A erradicação da pobreza extrema - são 16,2 milhões de brasileiros nessa condição social - até o fim de 2014 é o principal compromisso assumido pela presidente Dilma Rousseff e o mote de seu governo. O plano foi elaborado a partir dos primeiros dias de governo e lançado em junho.



SHUTTERSTOCK

Irrigação no Brasil terá modelo de parceria público-privada para combater a estiagem

Método considerado mais eficaz para enfrentar períodos de seca, o sistema de irrigação no Brasil ganhará um novo modelo de parceria público-privada (PPP), por meio de ação federal, a partir de janeiro/12. A iniciativa será desenvolvida pela Secretaria Nacional de Irrigação, do Ministério da Integração Nacional. O programa, inicialmente, estará voltado para as

regiões do semiárido brasileiro. A meta é estender a metodologia para todo o país. A proposta federal vai ao encontro do principal entrave para aumentar as áreas irrigadas: o alto custo do sistema. No método mais comum, por meio de pivô central, o investimento em cada hectare fica entre R\$ 6 mil e R\$ 7 mil.

Governo garante a MS R\$ 68,5 milhões do PAC/FUNASA

O governo federal vai destinar R\$ 68,5 milhões PAC/FUNASA para investimentos na implantação de redes de esgoto, abastecimento d'água e melhorias sanitárias domiciliares em 28 municípios de Mato Grosso do Sul. A relação das cidades contempladas foi entregue no início de dezembro, pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, ao senador Delcídio do Amaral (PT/MS). "Isso é fruto de um trabalho duro que eu e a bancada que representa o nosso estado em Brasília, desenvolvemos ao longo dos últimos meses

para garantir saneamento e água tratada ao maior número possível de municípios sul-mato-grossenses. Depois de muitas negociações e da análise das propostas apresentadas pelas prefeituras, o governo definiu os projetos a serem financiados, seja por meio de repasse direto para as prefeituras ou via governo do estado, para que a Sanesul execute as obras", revelou o senador. Delcídio disse que provavelmente até o final do ano todos os recursos estarão disponíveis.

Orçamento do FGTS para 2012 é de R\$ 43,965 bilhões

O Conselho Curador do FGTS aprovou, em reunião extraordinária, o orçamento do Fundo de 2012 no valor de R\$ 43,965 bilhões, que será aplicado em habitação e saneamento. Do montante, R\$ 4,4 bilhões serão concedidos a título de subsídios à moradia na baixa renda, sendo R\$ 3

bilhões só para o programa Minha Casa Minha Vida. No total, serão R\$ 33,965 bilhões para financiar habitação, R\$ 5 bilhões para obras de tratamento de água e esgoto e R\$ 5 bilhões para infraestrutura urbana. *(Fonte: Yahoo Brasil – 10/11/11)*

ANA vai cobrar por água doce em Minas Gerais e Espírito Santo

A partir de janeiro, a Agência Nacional de Águas (ANA) vai expedir os boletos de cobrança pela descarga e/ou uso da água na Bacia do Rio Doce. A previsão de arrecadação neste primeiro ano é de R\$ 13,2 milhões. Os recursos serão repassados ao Instituto Bioatlântica (IBio). A captação de um litro por segundo no trecho mineiro e mais de um litro e meio no território capixaba custará em torno de R\$ 0,018 por metro cúbico. Abaixo desse nível de consumo não haverá cobrança. A carga orgânica lançada no manancial pagará R\$ 0,10 por quilo. A Bacia do Rio Doce tem 86.700 km quadrados, distribuída por 229 municípios, dos quais 203 em Minas e 26 no Espírito Santo. *(Fonte: HOJE EM DIA/MG – 17/11/11)*



SHUTTERSTOCK

Cedae instala na Rocinha a maior elevatória em comunidades do RJ

Técnicos da Cedae, em vistoria realizada nas instalações da companhia na comunidade da Rocinha, definiram a substituição da antiga elevatória, que tem mais de 30 anos, localizada no morro Dois Irmãos, próxima à entrada do túnel Zuzu Angel, por outra mais moderna, com maior potência e eficiência. A nova elevatória tem capacidade para bombear cerca de 150 litros de água por segundo e vai beneficiar aproximadamente 100 mil moradores da região.

A substituição do antigo equipamento faz parte do programa Água para Todos, que a Cedae iniciou nas comunidades da Rocinha e Vidigal. O programa, que visa a regularizar a oferta de água em 140 comunidades, inicialmente, destacou uma equipe de 80 técnicos para o trabalho na Rocinha, sendo 50 para operação e manutenção e 30 para cadastramento e outra equipe de 25 funcionários para o Vidigal. *(Assimp Cedae)*

Resultados do “Água para Todos” são apresentados em seminário luso-brasileiro

A Embasa foi destaque no 10º Seminário Binacional de Gestão Pública Municipal Luso-Brasileiro em Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu na cidade de Faro, em Portugal, de 7 a 11 de novembro. O presidente da Embasa, Abelardo de Oliveira Filho, foi uma das autoridades baianas que participaram do evento e apresentaram experiências bem sucedidas importantes para a gestão pública na Bahia. O evento foi promovido pelo Instituto Ambiental Biosfera, do Brasil, e a Câmara Mu-

nicipal de Faro, da região de Algarve, em Portugal. Durante a conferência sobre o tema *Gestão Pública Municipal no Brasil: o Status Atual*, Abelardo falou sobre a universalização dos serviços de água e saneamento, apresentando os avanços na gestão da Embasa, os resultados das ações da empresa dentro do Programa Água para Todos do governo do estado, e como a Embasa está se adaptando ao marco regulatório do saneamento.

Veolia Water Brasil patrocina livro fotográfico sobre água

DIVULGAÇÃO

O fotógrafo Adriano Gambarini – da National Geographic Brasil – e a jornalista Laís Duarte – há seis anos repórter da TV Cultura em São Paulo – lançaram, em novembro, em eventos no Rio de Janeiro e São Paulo, o livro “Água: conservação e cultura” (Editora Cultura Sub).

Edição bilíngue, com 200 páginas e mais de 130 fotos tiradas em 20 anos de viagens a 18 países, a publicação conta com o patrocínio integral da Veolia Water Brasil – por meio da Lei Rouanet IR Cultura – e retrata o bem mais precioso do planeta: a água.

“Simples e complexa, a água é um insumo indispensável para seres vivos e indústria, sendo essencial para a criação e manutenção da vida. O livro é mais um alerta, levando em consideração que este é um bem que não é um recurso infindável”, observa Giangiacomo Gallizoli, gerente geral da Veolia Water Brasil.

“Tendo a preocupação com o meio ambiente no centro de suas atividades, para a Veolia Water Brasil é sempre bem-vinda qualquer iniciativa que resulte numa reflexão sobre a importância da água em nossas vidas e que dê uma contribuição para que possamos ter mais pessoas conscientes sobre a questão do seu tratamento e reúso”, destaca.

Especialista em imagens de natureza, no ano passado Adriano Gambarini ficou entre os finalistas *Veolia Environment Wildlife Photographer of the Year*, um dos mais prestigiados prêmios internacionais da fotografia, realizado em parceria com o Museu de História Natural de Londres e com a revista *BBC Wildlife* com o intuito de promover a conscientização da sociedade para a valorização da natureza e o respeito a ela.



Esta é uma das imagens lindíssimas que podem ser apreciadas no livro

Formada pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, com especialização em Jornalismo Econômico e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Laís Duarte participou de reportagens especiais para Globo Rural, Globo Repórter, Globo Esporte e Globo News.

Para acessar o filme do *Making Of* do livro, acesse: www.youtube.com/watch?v=YMczWl6XH0w&feature=player_embedded

Sobre a Veolia Water Brasil –

Divisão de água da multinacional francesa Veolia Environnement, a Veolia Water Brasil é líder mundial na prestação de serviços relacionados ao tratamento de água e efluentes líquidos. Presente em 74 países, em 2010, o Grupo obteve um lucro líquido atribuível de 34,7 bilhões de euros. www.veoliawaterst.com.br

Coca-Cola lança embalagem sustentável

A água Crystal, da Coca-Cola, contará com uma embalagem menos agressiva ao meio ambiente. A Crystal Eco, de 500 ml, utiliza 20% de PET a menos que versões anteriores da garrafa e conta com 30% de matéria-prima proveniente da cana de açúcar, tecnologia chamada de *PlantBottle*. A embalagem possui também um formato próprio para facilitar o amasse, sendo possível torcê-la, diminuindo em mais de um terço seu tamanho original. “Para o público em geral, a nova garrafa só deverá chegar em janeiro de 2012”, afirma Aliucha Ramos, diretora de Marketing da categoria de Hidratação da Coca-Cola Brasil.

(Fonte: Coca-Cola Brasil - 08/11/11)



Grundfos traz Controles Dedicados para o Brasil

Líder mundial em bombas e sistemas de bombeamento, a Grundfos traz para o Brasil produtos diferenciados para controle e monitoramento desses equipamentos. As novidades ficam por conta dos Controles Dedicados, testados em mais de 10 mil instalações no mercado internacional, desenvolvidos para trabalhar com modelos de bombas submersí-

veis em estações elevatórias, entre outras. Composta por um painel de comando, a solução é fácil de operar e configurar. Possui um sistema avançado de alarmes, oferecendo alertas e registros imediatos. No caso da ocorrência de algum problema, os dados são automaticamente apresentados no *display* e na porta de comunicação. (www.grundfos.com.br)

Tigre amplia portfólio de conexões

A Tigre, multinacional brasileira líder na fabricação de tubos, conexões e acessórios no país e uma das maiores do mundo, firma parceria comercial com a israelense Plasson e amplia seu portfólio de conexões para obras de infraestrutura e irrigação. As duas novas linhas são para unir

tubos de PEAD (Polietileno de Alta Densidade), sendo que a “Conexões de Eletrofusão” é utilizada em sistemas pressurizados de água, esgoto e gás; enquanto que a “Conexões de Compressão” é utilizada em sistemas pressurizados de água em saneamento e irrigação. (www.tigre.com.br)

Analizador de metais pesados na água chega ao mercado brasileiro

A Clean Environment

Brasil apresenta o inovador equipamento Metalyser HM1000, desenvolvido e fabricado no Reino Unido pela empresa Wagtech (www.wagtech.co.uk). Trata-se do primeiro do gênero no país e oferece grandes avanços em termos de portabilidade, praticidade e facilidade de utilização, com altos níveis de precisão e custo atraente. “Esse equipamento foi projetado para facilitar o monitoramento de metais pesados mais associados aos problemas ambientais e de saúde humana”, diz Rogério Andrade, Diretor de Negócios da Clean. “Análises de metais pesados em amostras de águas e efluentes líquidos são difíceis em campo e o Metalyser HM1000 veio para resolver esse problema”. (www.clean.com.br)



Soluções Mizumo ajudam na eficiência sanitária dos aeroportos

Nunca tantos viajaram, especialmente de avião, e os principais aeroportos nacionais necessitam, com urgência, de investimentos para atender à demanda crescente, que será incrementada com a Copa do Mundo e a Olimpíada. Esta é uma oportunidade de intensificar a instalação de estações pré-fabricadas de tratamento de esgoto sanitário (ETEs), como as da Mizumo, que proporcionam um efluente tratado

com alta eficiência, evitando a poluição e trazendo ainda, como opção, o seu reúso. Um exemplo de utilização dos sistemas da empresa está no Aeroporto de Porto Seguro (BA). A Mizumo dispõe de soluções dedicadas às necessidades de aeroportos de diferentes portes, com a vantagem de serem modulares, permitindo sua ampliação ou remanejamento, adequando-se à demanda futura. (www.mizumo.com.br)

Wam do Brasil lança a nova linha de ETE Compacta de pré-tratamento

A nova linha de estações compactas Wastemaster TSF V01, disponível na versão em AISI304L e AISI316L, devido a um novo design industrial e a uma estrutura totalmente modular, além de alcançar um melhor desempenho operacional,

permite uma montagem e manutenção mais fácil, trazendo ao usuário importantes benefícios econômicos. Confira! Informações mais detalhadas estão nos endereços: www.wamgroup.com ou www.wam.com.br.

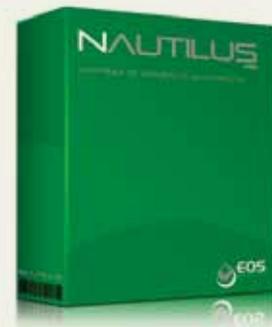
Já está no ar o novo site da Nicoll Tubos e Conexões

Seguindo o novo posicionamento de marca da empresa, o novo site está moderno, prático e com novas funcionalidades. Focado em produtos, o novo site traz na *home*, os

segmentos em que a empresa atua e quais produtos fazem parte de cada segmento. Tudo isso para facilitar a navegação. Possui *menu drop down*, onde o cliente, ao passar o mouse sobre as linhas de produtos, consegue ver todo o portfólio da empresa. Outra novidade é a lista de compras, onde o cliente poderá criar uma lista personalizada de produtos Nicoll e depois imprimir ou enviar por email. O novo site também exalta a presença mundial da marca, mostrando os países em que a Nicoll está presente e toda a credibilidade que a marca possui. Acesse: www.nicoll.com.br.



EOS completa 15 anos e lança o Nautilus



A EOS Consultores tem como meta ser uma das empresas mais sustentáveis do país no ramo de prestação de serviços de sistemas para saneamento básico. Por essa razão, em 2012, unindo com a comemoração de seus 15 anos, lançará o Nautilus, uma solução verde para o gerenciamento de serviço, controle e manutenção de equipes em campo, que atende a todos os requisitos exigidos pelas concessionárias de água e esgoto. Para isso, trabalhou em todo o fluxo de operação, design, interação com mapas e um sistema de inteligência para tomada de decisões em campo, tornando os processos mais fáceis, amigáveis e extremamente rápidos, sem perder o foco no meio ambiente. O resultado foi uma solução inovadora, que reduz em até 90% a utilização de papel para as operações em campo, utilizando tecnologia GPRS e ajuda, também, a reduzir visivelmente a emissão de gás carbônico (CO₂), por ajudar a escolher a rota mais rápida e curta para o deslocamento das equipes. Veja mais em www.eosconsultores.com.br.

Stephanie Moellwald,
aluna de pós-graduação do
Centro Universitário Senac

PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE É NO SENAC

O Centro Universitário Senac oferece cursos de pós-graduação *lato sensu* contemporâneos, desenvolvidos para antecipar as tendências do mercado. Com foco na prática e vivência profissional, os cursos promovem visão moderna e empreendedora da questão ambiental, nos diversos setores da economia.

Cursos:

- Certificação Ambiental e Sustentabilidade em Empreendimentos Imobiliários - **novos**
- Direito e Gestão do Meio Ambiente
- Educação Ambiental
- Geoprocessamento • Gestão Ambiental
- Gerenciamento de Áreas Contaminadas
- Indicadores para a Sustentabilidade: Construção e Análise - **novos**

A gente faz diferente hoje para
você fazer diferença amanhã.

42 títulos em graduação,
93 em pós-graduação e 87
em extensão universitária.
Cursos presenciais na capital
e no interior do Estado de
São Paulo e cursos a distância.

senac
são paulo

AQUI TEM A PRESENÇA
DA FECOMERCIO

20%
DE DESCONTO
PARA COMERCÍARIOS

INSCRIÇÃO SOBRE NOSSA
POLÍTICA DE DESCONTOS
E CURSOS COMERCÍARIOS

Desconto de 20%
para ex-alunos
de graduação
do Senac São Paulo.

PARCEIRO EDUCACIONAL:


BABSON

ALUNOS E EGRESSOS TÊM A
OPORTUNIDADE DE PARTICIPAR
DA VIVÊNCIA INTERNACIONAL
EM GESTÃO DE NEGÓCIOS, COM
FOCO NO EMPREENDEDORISMO,
NA BABSON COLLEGE.

CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC
www.sp.senac.br/posgraduacao • 0800 883 2000

EMBASA. O FUTURO É A GENTE QUE FAZ.

**CERCA DE 200
HECTARES DE
MATAS CILIARES
RECUPERADAS.**

A Embasa está comemorando 40 anos. Uma história marcada por muitas conquistas e trabalho para levar água de qualidade e saneamento para mais de 11 milhões de baianos. A Embasa é a principal executora do Programa Água para Todos, o maior programa de água e saneamento do Brasil, e está entregando o novo Emissário Submarino de Salvador. Investindo nos seus profissionais e na qualidade dos seus serviços, a Embasa conquistou a posição de segunda melhor prestadora de serviços públicos do país*, primeira em gestão de pessoas e terceira em responsabilidade social. Por isso, a Embasa tem muito orgulho de celebrar esta data e muitos motivos para comemorar, sempre olhando para frente, porque o futuro é a gente que faz.

